

JORNAL DOS Trabalhadores

ANO I — Nº 14 — Quinzenal — 8 de outubro de 1982 — Cr\$ 50,090

Recado do Lula



Em quem votar

Em todo o Brasil, os trabalhadores estão se preparando para escolher definitivamente os candidatos em que deverão votar no dia 15 de novembro.

E muitos trabalhadores ainda não sabem como fazer para escolher certo. A legislação eleitoral, em vez de ajudar, piorou ainda mais a situação, criando casuísticas, manobras, golpes, dificuldades. Cada trabalhador terá, então, de consultar a própria consciência. E, nessa consulta, tentar responder para si mesmo a seguinte pergunta: quem, senão os próprios trabalhadores, poderá lutar pelos interesses da classe trabalhadora?

É da resposta que cada um souber dar a essa pergunta que o eleitor vai tirar a conclusão certa para a escolha certa do candidato a governador, a senador, a prefeito, a deputado federal, a deputado estadual, a vereador.

E cada trabalhador perceberá que, para ter uma vida um pouco melhor para seus filhos, não poderá votar nos partidos que têm, como donos ou candidatos, patrões, empresários, donos de fábrica, banqueiros, latifundiários, tubarões e exploradores do povo em todos os níveis.

Para dar sua pequena, mas importante contribuição pessoal para a libertação de toda a sua classe, os trabalhadores devem negar seu voto a esses partidos e votar no único partido cujos donos e candidatos são os próprios trabalhadores, o PT.

Editorial

O Desemprego

Como combatê-lo,
a curto prazo

P.2

Na UNE, o Congresso dividido

P.3

Violência aumentada

A Rota matou 350 pessoas, de 1º de janeiro a 30 de setembro — Deputado do PT faz a denúncia em discurso na Assembléia paulista e envia os dados ao ministro da Justiça, acusando o Governo de responsabilidade — PT sugere as soluções para acabar com violência policial



A violência policial contra a população é constante nas grandes cidades (Foto: Ricardo Malta/F4)

P.5

A dívida
externa
do Brasil

P.3

A greve de
7 horas da
Scania

P.4

A força do
sindicato
argentino

P.2

Língua de
Trapo e o
sucesso

P.7

Programa econômico



O PT está divulgando — através de um Suplemento Especial do *Jornal dos Trabalhadores* — o documento "O PT e a Economia". Num tablóide de 24 páginas está o projeto de programa econômico do Partido dos Trabalhadores. O lançamento foi na Assembléia Legislativa de São Paulo, no dia 27 de setembro, e contou com a presença de Luiz Inácio Lula da Silva (candidato ao Governo de São Paulo), Jacó Bittar (que concorre ao Senado pelo PT paulista) e Hélio Bicudo (candidato a vice-governador na chapa de Lula). O teor do documento foi relatado aos jornalistas econômicos, militantes e convidados, pelo economista Paul Singer. "O PT e a Economia" já está à venda por Cr\$ 250,00. Mais de 200 economistas de todos os Estados brasileiros assinaram um manifesto de apoio ao programa em defesa dos interesses dos trabalhadores diante da crise econômica (Foto: Ruy P. Teixeira)

P.6

Campo se organiza



De 23 a 26 de setembro, trabalhadores rurais sem terra de 16 Estados do Brasil estiveram reunidos, em Goiânia, no Encontro Nacional dos Sem-Terra. São mais de 12 milhões de brasileiros que vivem como posseiros, bóias-frias, arrendatários, meeiros ou parceiros. Os trabalhadores do campo demonstraram, em Goiás, que uma coisa nova está acontecendo no Brasil rural. A organização aumenta, os grupos se articulam e trocam experiências de luta. No final do Encontro foi divulgada uma Carta aos Companheiros Sem Terra do Brasil. "Se nós não nos organizar em nossos sindicatos e associações de classe em nossa região, Estado e a nível de País, se não sentarmos juntos, analisar nossa luta, confrontar com esta realidade que hoje escraviza e manipula os fracos, se não fizermos isso nunca iremos sair fora desta vida de explorados e de verdadeira escravidão".

Última

Comitê Eleitoral do PT traça novos rumos P.6

Editorial

Contra o desemprego

O salário-desemprego é uma das medidas mais urgentes pelas quais nós, trabalhadores brasileiros, devemos lutar.

O desemprego é característico dos regimes capitalistas, em que vige a propriedade privada dos meios de produção e em que reina o regime de exploração do trabalho humano, de exploração do homem pelo homem. Enquanto houver capitalismo, haverá desemprego. Mas a taxa normal de desemprego de um regime capitalista pode aumentar extraordinariamente. Isso acontece quando o regime político é autoritário, quando o País está submetido às multinacionais e aos banqueiros internacionais e quando a legislação e a repressão policial impedem a liberdade e a autonomia sindical dos trabalhadores e o seu direito de greve, isto é, o seu direito de defesa e contra-ataque.

É exatamente o que acontece no Brasil, onde o desemprego aumentou em proporções assustadoras nos últimos anos e deve abranger, hoje em dia, cerca de seis milhões de trabalhadores.

Nesses casos — embora consciente de que somente com o fim do regime capitalista é que terminará, totalmente, o desemprego — os trabalhadores devem e podem procurar caminhos e medidas que, a curto e médio prazos, diminuam a taxa de desemprego e corrijam as consequências sociais e econômicas desse desemprego.

É uma das mais prioritárias dessas medidas é o salário-desemprego, tal como proposto no Projeto de Programa Econômico do Partido dos Trabalhadores, recentemente divulgado em todo o País. O salário-desemprego consiste num salário (equivalente a um e meio o maior salário mínimo do País) a ser pago a cada trabalhador desempregado e a, pelo menos, mais um dependente do desempregado. O que se considera desempregado, para efeito de recebimento, é o trabalhador que, embora querendo trabalhar e procurando emprego, não o encontra, por culpa exclusiva das medidas recessivas geradas pelo sistema capitalista. Quem deve pagar o salário-desemprego é o Estado, com dinheiro dos fundos (FGTS, PIS, Papep) constituídos com contribuições dos próprios trabalhadores. E quem deve fiscalizar o pagamento do salário-desemprego é a classe trabalhadora, através de seus organismos sindicais

e de seus representantes livremente eleitos.

Embora prioritário, o salário-desemprego não é a única medida capaz de, a curto prazo, diminuir o desemprego e minorar os sofrimentos dos desempregados. O citado projeto do PT prevê outras.

A redução da jornada semanal de trabalho, de 48 para 40 horas, sem a menor diminuição de salário, é uma dessas medidas. O encurtamento do período semanal de trabalho (hoje em dia em várias regiões do Brasil, muito maior do que 48 horas) terá duas consequências práticas imediatas: para manter o mesmo volume de produção, as empresas terão de dar novos empregos a mais trabalhadores; os trabalhadores, em conjunto, terão mais tempo de seu para dedicar à organização sindical e política da própria classe.

A estabilidade no emprego que o trabalhador já arranhou também é outra bandeira dos trabalhadores. A atual legislação brasileira dá ao patrão direito absoluto de demitir o empregado e, para piorar a situação, submete os sindicatos ao Ministério do Trabalho, sufoca a liberdade e a autonomia sindicais, e, assim, tira dos trabalhadores a possibilidade de se defenderem contra as demissões. Mesmo assim, todavia, os trabalhadores, na prática, têm conseguido romper essa legislação, e, em vários lugares, têm feito greves contra os patrões, conseguindo impedir ou atenuar a demissão dos companheiros. Baseado nessa prática, o projeto econômico do PT luta por uma legislação que assegure a estabilidade no emprego e reivindica o direito de os trabalhadores, com liberdade, estejam efetivamente representados em órgãos de arbitragem encarregados de julgar os casos em que sejam inevitáveis as demissões, por razões individuais ou sócio-econômicas.

O salário-desemprego, a redução da jornada de trabalho sem redução do salário e a estabilidade no emprego são três bandeiras originadas das lutas e das assembleias dos trabalhadores, e que o PT se propõe defender, na prática, tanto no Parlamento quanto nas ruas, nas praças, nas fábricas, nos bancos, nos escritórios.

Outras medidas, de curto e de médio prazos, também são propostas pelo PT para combater o desemprego, e que serão, em outras oportunidades, aqui analisadas.

Pergunta e Resposta

Escreva para a Seção "Pergunta e Resposta", *Jornal dos Trabalhadores*, rua Andréa Paulinetti, 558, 04707, São Paulo, SP.

Sou presidente do Diretório Municipal de Guarapari, no Espírito Santo, e queria saber o endereço do Diretório Regional da Bahia (Domingos Passos Filho). Solicitamos os endereços e telefones das Executivas Estaduais do nosso Partido (Josenilde Almeida, BA).

A Secretaria Nacional de Organização, do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, está capacitada para fornecer relação dos componentes dos Diretórios Regionais do PT em todo o País, bem como os respectivos endereços completos. Dirigir-se à Secretaria de Organização, Diretório Nacional do PT, Edifício da Câmara dos Deputados, 24.º andar, Sala 8, Cep 70.160, Brasília, Distrito Federal, telefone (061) 223-2740.

Quando poderão voltar a seus cargos os sindicalistas que se desincompatibilizaram para concorrer às eleições de 15 de novembro?

Assim que terminarem as eleições. Esses candidatos tiveram de se desincompatibilizar, isto é, de afastar-se temporariamente de seus cargos sindicais, três meses antes das eleições, com exceção dos candidatos a vereador, que se afastaram dois meses antes.

A resolução do Tribunal Superior Eleitoral que trata desse assunto tem o número 11.262 e foi publicada no "Diário da Justiça" de 2 de junho deste ano.

O que é essa tal história de voto vinculado?

É a obrigação, que o eleitor tem, de votar em candidatos que sejam, todos, de um mesmo partido.

A vinculação de votos faz parte do conjunto de pacotes de regras partidárias e eleitorais que o Governo fez nos últimos meses com o objetivo de ganhar as eleições, e que são popularmente chamadas de casuísmos.

A vinculação de votos foi estabelecida no artigo 8º da Lei 6978, e está regulamentada no inciso II do parágrafo 2º do artigo 175 do Código Eleitoral: "Serão nulos os votos (...) se o eleitor escrever o nome de mais de um candidato (...) pertencentes a partidos diversos, ou, indicando apenas os números, ou fizer também de candidatos de partidos diferentes".

Esse é o significado prático do voto vinculado: o eleitor deve votar em candidatos de um só partido; se misturar os partidos, o voto será anulado. O significado político desse pacote governista é que o Sistema esperava, com essa regra, levar o eleitor a acabar votando no PDS pela sua preferência ao candidato mais próximo de si, que geralmente é o candidato a vereador.

Mas o tiro vai sair pela culatra, porque, na maior parte dos Estados, os eleitores vão votar contra o Governo, e assim, nem mesmo os vereadores do Governo vão ser eleitos em grande número. Para votar nos candidatos do PT sem perigo de anular os votos, os eleitores devem lembrar-se que todos os candidatos petistas têm números que começam pelo algarismo 3, isso em qualquer Estado do Brasil.

Assim, para governador o número é 3.

Senador, 30.

Preleito, 35 a 37.

Deputado Federal, 301 a 399.

Deputado Estadual, 3.101 a 3.299.

Vereador, 3.601 a 3.699.



Internacional

A força sindical da Argentina

Os trabalhadores estão exigindo a volta à democracia

O início da normalização da atividade sindical na Argentina está com data marcada. Depois de uma grande manifestação, que reuniu 25 mil trabalhadores em Buenos Aires, no dia 22 de setembro, o Governo anunciou a novidade. No começo de dezembro, os interventores militares, que administram os sindicatos desde o golpe de março de 1976, vão ceder seus lugares a "comissões normalizadas", que deverão organizar eleições dentro do menor prazo possível.

Organização

O fim da intervenção militar nos sindicatos não é nenhuma generosidade da ditadura militar da Argentina. Na verdade, apesar de terem estado amarrados durante décadas a um sindicalismo comprometido com um movimento político determinado — o peronismo —, os trabalhadores argentinos sempre souberam mostrar, mesmo nos momentos da repressão mais violenta, que têm uma das melhores tradições de organização e de combatividade em toda a América Latina.

Foi de acordo com essa tradição que eles agiram depois do golpe militar de 1976. Um dos primeiros atos da ditadura consistiu em colocar na ilegalidade a Confederação Geral do Trabalho (CGT) e a central dos trabalhadores argentinos, e colocar interventores militares em quase todos os sindicatos. Só escaparam da intervenção 25 sindicatos, todos pequenos e pouco combativos. Mas isso não impediu que já em setembro de 1976 houvesse uma grande greve na indústria automobilística, seguida poucos dias depois pela paralisação dos eletricitários. Desde então, a ditadura viu que não ia ser fácil domar os trabalhadores argentinos.

Repressão

A repressão sobre as lideranças sindicais foi violentíssima. Os principais líderes foram presos, sequestrados ou assassinados logo nas primeiras semanas depois do golpe. E mesmo dirigentes conciliadores andaram sofrendo bastante nas mãos da Junta Militar. Foi o caso de Oscar Smith, que era secretário-geral do Sindicato da Força e Luz da Grande Buenos Aires. Em outubro de 1976, ele perdeu o cargo por causa da greve dos eletricitários. Mas como o movimento dos trabalhadores continuou nos meses

seguintes com operações tartaruga, operações zelo e até com atos de sabotagem, a ditadura chamou Oscar Smith de volta para negociar um acordo. O acordo só foi conseguido no dia 10 de fevereiro de 1977. No dia seguinte — 11 de fevereiro — Oscar Smith foi preso e os eletricitários tiveram de continuar seu movimento.

Resistência

Apesar da repressão, os trabalhadores argentinos tentaram diversos tipos de resistência. Em 1977, a situação deles era tão ruim, que, mesmo os dirigentes sindicais conciliadores, que estavam à frente dos poucos sindicatos não submetidos à intervenção militar, se recusaram a participar da reunião anual da Organização Internacional do Trabalho. Muitas greves e movimentos não chegaram nunca ao conhecimento da opinião pública. Mas um relatório do Governo militar dizia que na última semana de outubro de 1979 — uma semana em que não houve nada de excepcional na área trabalhista — aconteceram 17 greves no país, envolvendo cerca de 10 mil trabalhadores.

Com a CGT colocada na ilegalidade, também houve tentativas de rearticular em clandestinamente uma central sindical. Em 1976 mesmo, no ano do golpe, surgiu a Confederação Geral do Trabalho na Resistência. E, em 1979, apareceu a Condução Única dos Traba-

lhadores Argentinos. Nenhuma dessas centrais conseguiu consolidar-se. Também não deram certo duas tentativas de greve geral, uma em outubro de 1979 e outra em julho de 1981. Mas, apesar desses fracassos, os trabalhadores argentinos provaram, através de greves e movimentos envolvendo amplos setores, que eles mantiveram uma capacidade de articulação intersindical muito grande.

Certamente foi essa resistência que obrigou a Junta Militar a só publicar sua lei sindical três anos e meio depois do golpe, em novembro de 1979. Essa lei que está ainda em vigor, mas que a ditadura já prometeu revogar até o fim do ano, é violenta. Ela só permite a organização de sindicatos por empresa ou a nível regional. As federações nacionais, e mesmo por setor de trabalho, e a CGT foram abolidas. Além disso, os sindicatos estão proibidos de organizar cooperativas de consumo e dar assistência social, atividades onde tradicionalmente eles tinham uma importante fonte de renda.

Duas Centrais

A situação do sindicalismo argentino começou a mudar em junho passado, com o agravamento da crise da ditadura militar provocada pela derrota na guerra das Malvinas. Mas essa situação ainda está longe de ser boa. Em primeiro lugar, porque a Argentina continua submetida a uma ditadura militar. E depois, por causa do divisionismo.

Atualmente existem duas CGTs na Argentina. A partir dos nomes das ruas onde estão situadas suas sedes, elas são conhecidas como CGT-Brasil e CGT-Azopardo. As duas são lideradas por peronistas.

O peronismo é um grande movimento nacional que, em seus quase 40 anos de existência e através dos vaivém da política Argentina, acabou abrindo tendências muito disparatadas, desde fascistas declarados até marxistas e outros setores de esquerda. Essas tendências já entraram em conflito muitas vezes, frequentemente com extrema violência, principalmente no segundo Governo de Juan Perón e no Governo de Isabelita (1973-1976).

As duas CGTs são resultado desse conflito. A CGT-Brasil reúne os líderes históricos do sindicalismo peronista e tem o apoio dos setores combativos da classe trabalhadora argentina. Foi ela que organizou a manifestação dos 25 mil no fim de setembro. A CGT-Azopardo é da extrema direita peronista e dos setores que passaram os últimos anos tentando fazer acordo com a ditadura. Ela chegou a convocar uma greve geral agora, também no fim de setembro. Mas na última hora desconvocou, dizendo que estava satisfeita com um aumento de 2 mil cruzeiros que os militares deram para todos os trabalhadores.

A CGT-Brasil é mais forte e tem maiores possibilidades de se consolidar. Mas, enquanto a CGT-Azopardo continuar existindo, a ditadura militar da Argentina contará com um ótimo instrumento para criar confusão dentro da classe trabalhadora.

Cartas

★

"No *Jornal dos Trabalhadores*, nº 12, de 10 de setembro de 1982, na p.6, coluna "Fala, Companheiro", saiu uma declaração que expressamente faz campanha para um só candidato à Câmara Federal, dizendo inclusive que a campanha de outros companheiros atrapalham a candidatura de Djalma Bom. E, por fim, conclama todos "à guerra das urnas, com Djalma Bom". Ao nosso ver, tal matéria, "O Perigo do Já Ganhou", publicada no JF só teria sentido se versasse sobre a campanha de um modo geral, incentivando a campanha unificada e as candidaturas preferenciais, sobre o que representa para o PT a participação nas eleições de 15 de novembro. Mas este, claramente, não foi o intuito de quem enviou a matéria ao Jornal.

"Vimos, por meio desta, declarar a nossa desaprovção à redação do JF por ter permitido a publicação da matéria referida num órgão de imprensa que é do Partido e portanto não deve fazer campanha para um só candidato e muito menos acusar as candidaturas de outros companheiros de atrapalharem a de um em especial, inclusive passando uma visão das eleições que não é a do PT. Pelo menos, não é esta a orientação que

recebemos da Nacional. Esperamos que manifestações similares não mais sejam divulgadas pelo Jornal e gostaríamos que nossa carta fosse publicada na coluna "Fala, Companheiro". Todos à luta, companheiros. Pela organização independente dos trabalhadores. As eleições representam para o PT muito mais que uma guerra das urnas. A nossa luta é contra os patrões e o Governo, e seus representantes, e não entre nossos próprios candidatos.

Executiva Municipal do PT, Caxias do Sul, RS

★

"Tenho 16 anos, sou simpatizante do PT e assisto quase sempre reuniões do Núcleo de meu bairro, Santo Elias. Passadas as eleições e o clima destas, acharia necessário pôr o Partido em intensa atividade, convocando reuniões semanais (se possível) nos Núcleos, ... para mostrar a importância dos movimentos populares e da união, e também para colocar as propostas do PT. Ficaria satisfeita se os companheiros estudassem a ideia por mim sugerida para que nas eleições de 86 e sucessivas o povo saiba em quem realmente votar e que também reconheça o valor da luta e da união..."

Regina Ceña, Nova Iguaçu, RJ.

Trabalhadores

Órgão oficial do Partido dos Trabalhadores — PT Nacional Quinzendário Reg. 056615/82 Publicação da Universal S/C Ltda. ICGC 47.876.904/0001 (34) Redação e Administração — Rua Andréa Paulinetti, 558, CEP 04707 — São Paulo — SP — Brasil — Tel. 531-0618 Editor responsável: Parseu Atramo (reg. prof. 5436, mat. sind. 1085), Administração: Francisco Rodrigues Martins Departamento Jurídico: Luiz Eduardo Greenhalgh Produção Gráfica: Elias Andreato, Cid Marcondes de Oliveira, Sérgio Aili, Fotografia: Samuel Lavelberg, Bio Zentis, Rosa Gaudiano Composição, Foliografia e Impressão: Rua Arthur de Azevedo, 1977 — Fones: 212-5061 e 814-4046

Vem crescendo a dívida externa

Os números apontam as conseqüências, para a economia brasileira

Cláudio M. Loetz

Atualmente, há uma convicção generalizada de que a superação da crise econômica terá, necessariamente, de passar pelo equacionamento da questão da dívida externa. A dívida externa administra o País e não o contrário. Vejamos como. Os quadros, a seguir, facilitarão a compreensão.

bilhões de dólares em 1964 (24,9% do PIB), para 4,4 bi em 1969 (14,4% do PIB); subiu para 12,6 bi em 1973 (15,4% do PIB) e pulou para 61,4 bilhões de dólares em 1981, (29,7% do PIB).

E, para o final deste ano, chegaremos a 85 bilhões de dívida líquida.

Mais significativo, ainda, é o comprometimento das exportações com o pagamento dos serviços da dívida, no momento atual. Mais de 3/4 do valor do que exportamos vai, automaticamente, para os credores internacionais, já que os juros e a amortização da dívida roubam 77,3% do que exportamos. Em 1974, pouco mais da metade (55,9%) destinava-se a esse fim.

Vemos, então, como estamos amarrados ao capital externo, graças (?) a uma política econômica que nos retirou a chance de comandar o próprio destino.

Recessão

Porém isso não é tudo. Não só as exportações estão virtualmente comprometidas com o pagamento da dívida, como a própria capacidade interna de poupar e fazer investimentos sente-se atingida pelo volume da dívida externa.

Como? Vejamos o quadro abaixo; conforme fonte do Banco Central:

ANO	AMORTIZAÇÃO MAIS JUROS EM BILHÕES DE DÓLARES	AMORTIZAÇÃO E JUROS, % DA POUPANÇA INTERNA
1964	0,4	11,9%
1969	1,3	16,0%
1974	4,4	17,0%
1981	18,0	55,0%

Pelos números fica fácil visualizar que a cada período considerado estamos sendo mais e mais sugados pela política econômica que provocou a recessão e fomentou a crise do Balanço de Pagamentos.

Notemos, especialmente, que entre 1974 e 1981, nos tempos pós-milagre, boa parte da poupança interna, que deveria gerar empregos, investimentos sociais, etc... foi desviada para saldar dívidas antigas junto a bancos estrangeiros. Hoje, 55% de nossa poupança (mais da metade) destinam-se aos juros e à amortização de empréstimos já feitos.

Susto geral

Depois destas explicações, quem acredita que a dívida externa é um problema menor terá difícil missão de sustentar alguns argumentos indefensáveis:

a) continuaremos a ter superávits na balança comercial por vários anos. (As expectativas, no início do ano, eram de um superávit de 3 bilhões de dólares. Hoje, contentam-se, os ministros, com um saldo de 500 milhões. E a crise mundial desencoraja previsões otimistas a curto e médio prazos.)

b) que o Brasil continuará sendo olhado com carinho pelos banqueiros e que eles continuarão emprestando mais, a juros não-extorsivos.

(O Brasil precisa de mais 4 bilhões de dólares até o final do ano para não ficar insolvente. E, no último mês, os recursos não entraram na quantidade necessária. O Brasil paga a maior taxa extra de juros do mundo, como risco político-econômico: 2,25%.)

Daí o susto geral entre ministros, empresários, políticos, pois antevêm a necessidade de se renegociar a dívida ou ir ao Fundo Monetário Internacional.

Aliás, o Governo já vem preparando o caminho. Recentemente, baixou resoluções diminuindo a oferta de dinheiro, tornando ainda mais difícil a obtenção de empréstimo na rede bancária nacional. E, também, limitou, drasticamente, o acesso a importações de centenas de produtos.

É o prenúncio de mais crise, de mais arrocho salarial, de mais recessão. Depois da eleição.

Aberto IV Prêmio Herzog

Estão abertas até o dia 11 de outubro as inscrições para o IV Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. O Prêmio tem como objetivo reconhecer o trabalho de profissionais da imprensa na luta pelos direitos humanos e reverenciar a memória do jornalista, preso, torturado e morto nas dependências do II Exército, em São Paulo, em 1975.

O Prêmio é anualmente organizado por entidades ligadas à defesa dos direitos humanos e são premiadas as seguintes categorias: imprensa escrita brasileira, imprensa escrita latino-americana, reportagens fotográficas, televisão, rádio e ilustração.

Outras informações sobre o concurso podem ser obtidas na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, rua Rêgo Freitas, 530, sobreloja.

Candidatas em debate

Os grupos feministas, CIM — Centro de Informação da Mulher, SOS Mulher e Sexualidade e Política, estão convocando todos os interessados — mulheres e homens — na emancipação feminina para um debate com candidatas e candidatos dos partidos de oposição comprometidos com as lutas das mulheres.

O encontro terá como tema "O Movimento de Mulheres, os Partidos e as Eleições" e será realizado no próximo dia 18 de outubro, às vinte horas, no Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, na rua Rêgo Freitas, 530 — s/loja.

Palanque

Falência

Falências e concordatas, aumento da recessão, mais desemprego, racionamento, diminuição de salários e outras catástrofes semelhantes, é o que vêm prevendo os empresários, em almoços, entrevistas e declarações. Tudo isso para depois de 15 de novembro.

Ao mesmo tempo, toda vez que têm oportunidade, os empresários dizem que apoiam o Governo e o PDS; alguns, o PMDB.

Em outras palavras: os patrões continuam pensando que a classe trabalhadora vai continuar pagando o pato pela ganância dos empresários e pela burrice do Governo. Só que dessa vez eles se enganam: o que o Quinze de Novembro vai mostrar é a falência do regime da burguesia brasileira.

Palavras

Continuando sua campanha eleitoral a favor do PDS, o general Figueiredo fez um bombástico discurso na abertura da 37ª Assembleia Geral da ONU. Os candidatos governistas no País inteiro, agora para tentar conquistar simpatias populares — vão querer dizer que o Governo enfrentou o poderoso imperialismo norte-americano.

E o que os candidatos de oposição vão ter de fazer é mostrar a hipocrisia desse regime, que, desde 1964, tem entregue às multinacionais as riquezas do solo brasileiro e o suor, as lágrimas e as vidas dos trabalhadores brasileiros.

Guerrilha

Continua a guerrilha dentro do PMDB.

No Rio, o declínio da popularidade do chaguista Miro Teixeira está começando a gerar as graves crises internas no partido do dr. Ulices. Em São Paulo, também: o "partido da unidade" não conseguiu sequer unificar os pretendentes ao Senado e teve de aproveitar-se do casuísmo das sublegendas.

Agora, o inevitável: na suposição de que vão ser Governo, os candidatos a senador pelo PMDB paulista já estão disputando o poder que acham que terão. As direções estaduais e nacio-

nal do partido já passaram diversos pitos nos briguetos, mas eles são como crianças diante do doce: não param de se dar cotoveladas.

Inflação

Prosseguindo firme na sua vocação para escorchar o povo brasileiro, o Governo aumentou, a partir de 1º de outubro, as tarifas de energia elétrica, em 19,3%.

A explicação dos economistas do Governo é que esse reajuste resulta de um acordo com o Banco Mundial.

E ainda, depois disso, vem o general Figueiredo falar em independência diante dos países ricos...

"Não fui eu!"

De repente, os peemedebistas começaram a negar a autoria da tese do voto útil: "Não fui eu", dizem os principais candidatos do PMDB no País todo. Porque será, se todo mundo sabe que foram eles?

É que, de repente, os ventos começaram a soprar em sentido contrário em alguns Estados em que o PMDB achava que ia vencer.

Vejam bem: de acordo com as pesquisas, se a tese do voto útil for aplicada no Rio de Janeiro, e em outros Estados, os candidatos do PMDB estarão perdidos. Em São Paulo, mesmo os mais arrogantes dentro do PMDB pararam de falar em voto útil (isto é, "vote em mim") e começaram a falar em "união das oposições".

Para as mesmas palavras, sempre alguém há de encontrar um milhão de utilidades...

Ululante

Uma entidade de pesquisa eleitoral diz que fez uma pesquisa e descobriu que as três principais preocupações dos eleitores brasileiros são: inflação, o desemprego e os salários baixos.

Precisa fazer pesquisa para isso? Basta ser trabalhador para saber, sem necessidade de questionários, computadores, muito dinheiro e muita publicidade.

Agora, pesquisador para saber quem são os responsáveis por essas três calamidades, isso a empresa não faz.

Como funciona essa Lei do Cão na TV

Lei Falcão só beneficia o PDS

O mentor da Lei Falcão, o ex-ministro da Justiça, Armando Falcão, disse em Fortaleza, que as oposições podem participar do processo político, "o que eles não podem é ganhar as eleições".

Por aí dá para se ter uma mostra do espírito que pariu a Resolução 10.445, de 29 de junho de 1978, que passou a regular o acesso dos candidatos ao rádio e à televisão.

Quando foi promulgada a lei, antes das eleições de 1978, ainda estava muito viva na memória do Governo — e da antiga Arena — a derrota avassaladora que havia sofrido quatro anos antes, quando o então MDB conquistou 16 das 22 cadeiras do Senado que foram às urnas, e conseguiu uma grande bancada na Câmara Federal. Nas eleições de 74, todos os candidatos ao Senado e à Câmara puderam ir ao rádio e à TV expor suas idéias.

"Abertura"

Desde quando a abertura ainda se chamava "distensão lenta e gradual", a revogação da Lei Falcão está em pauta. Para as eleições de 15 de novembro, até o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, prometeu modificações que possibilitassem o acesso dos candidatos aos meios eletrônicos. Mas as resistências do sistema, a composição do Colégio Eleitoral que vai eleger o próximo presidente da República e o profundo sentimento oposicionista demons-

trado pelo povo e suas organizações, fez o Governo do general Figueiredo esquecer de suas promessas liberalizantes.

Enquanto isso, vamos assistindo a um desfile insípido de retratinhos e currículos no rádio e na TV. Mesmo assim, ainda ocorrem problemas, porque a Lei Falcão é muito vaga.

Currículos

O conceito de currículo, por exemplo, não está bem explicitado. A fotografia tem que ter "fundo neutro". Já se invocaram com o fato de Lula, candidato do PT ao Governo de São Paulo, ser o dono da voz que apresenta os candidatos do Partido dos Trabalhadores. Invocaram com a tarja negra que os candidatos do PT minicor usam, em protesto contra a lei absurda.

Resta saber o que a Lei Falcão vai fazer contra o ex-ministro Eliseu Resende, candidato do PDS ao Governo de Minas Gerais. Ele esteve no programa "O Povo na TV", da TV Alterosa no dia 29 de setembro; e no programa "360 Graus", da Rádio Capital de Belo Horizonte, por mais de uma hora, na segunda-feira, 27 de setembro.

Como diz o velho José Bonifácio de Andrada, ex-líder do Governo Geisel na Câmara, "esta Lei Falcão não existe mais, pois todo mundo está falando o que quer; mas ela é uma lei benéfica".

Para o Governo, claro.

ANO	AMORTIZAÇÃO MAIS JUROS EM BILHÕES DE DÓLARES	AMORTIZAÇÃO E JUROS, % DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL
1964	0,4	28,7%
1969	1,3	55,0%
1974	4,4	55,9%
1981	18,0	77,3%

Imprensa sob tacão da LSN

A imprensa começa novamente a sentir os efeitos da falsa abertura política proposta pelo Governo. Recentemente diversos jornalistas foram condenados com base na Lei de Segurança Nacional.

O chefe da Casa Civil, Leão de Abreu, encaminhou pedido à Auditoria Militar de São Paulo para abertura de processo contra "O Estado" e o jornalista Júlio de Mesquita Neto. O argumento para a abertura do processo é que houve "ataque à honra de um ministro de Estado, constituindo delito contra o Estado". A denúncia, porém, não foi aceita.

Entre as numerosas mensagens de solidariedade enviadas ao jornalista, há também a do presidente do Diretório Regional do PT em São Paulo, Djalma Bom.

O jornalista Tarso de Castro, da "Folha de S. Paulo", está sendo processado pela Lei de Imprensa, pelo sr. Jânio Quadros.

O editor do jornal "Nosso Tempo" de Foz de Iguaçu, Juvêncio Mazarollo, foi condenado a um ano de prisão com base na LSN, sem direito a sursis. Mazarollo foi condenado por causa da cobertura feita pelo seu jornal do movimento dos agricultores expropriados pela Itaipu Binacional.

O diretor do jornal "Hora do Povo", Cláudio Cardoso de Campos, foi condenado a dois anos e três meses de prisão por ter publicado reportagem acusando homens do governo de manterem contas secretas em bancos suíços. Cláudio Cardoso foi preso em Piracicaba, no dia 2 de outubro, quando assistia ao Congresso da UNE. Dois outros ex-diretores do jornal, Ricardo Lessa e Pedro de Camargo, também foram presos.

Estudantes têm nova direção

Igor Fuser

Não haverá mudanças significativas na linha de ação da UNE durante mais um ano, a julgar pelo seu 34º Congresso, realizado em Piracicaba de 1 a 3 deste mês. O bloco formado pelas correntes de oposição à diretoria, embora tenha crescido em relação ao Congresso anterior, não conseguiu reunir o número de delegados necessários para a prometida virada, sendo ainda prejudicado pela divisão em suas fileiras. A presidência da UNE permanece, assim, nas mãos da tendência "Viração" (formada por apoiadores do jornal "Tribuna da Luta Operária"), através da baiana Clara Araújo, cuja chapa, para obter maioria, juntou-se aos estudantes ligados à "Voz da Unidade", "Hora do Povo" e "Gazeta Democrática". A chapa vitoriosa alcançou cerca de 60 por cento dos votos, de um total de 2.400 delegados inscritos.

Tendências

A oposição optou por formar sua chapa numa convenção aberta, prática inovadora no movimento estudantil, em que tradicionalmente as composições se decidem em conchavos entre as tendências organizadas. Definida numa reunião de mais de 500 delegados, quase todos filiados ao PT, a chapa oposicionista teve em sua cabeça Sérgio Luz, presidente da UEE de Minas Gerais. Participavam dela as tendências "Centelha", "Liberdade e Luta" e "Alicerce" (ligadas, respectivamente, aos jornais "Em Tempo", "O Trabalho" e "Convergência Socialista"), além do grupo baiano "Correnteza" e de estudantes "independentes", isto é, não ligados a correntes políticas estudantis.

Ficou de fora a tendência "Caminhando" — dissidência de "Viração" — que apresentou

chapa própria, juntamente com remanescentes do extinto jornal "Companheiro" e o grupo "Travessia", de Pernambuco.

Como argumento para romper com o bloco oposicionista, "Caminhando" se declarou contrária à realização da convenção, na qual se encontrava em franca minoria. Na Plenária do Congresso, a chapa representativa da maior parte da oposição à diretoria da UNE obteve o apoio de 30 por cento dos delegados, e a terceira, presidida pelo gaúcho Aldo Fornazieri, cerca de 10 por cento.

Quanto às deliberações, pouco ou nada se acrescentou no sentido de superar a paralisia em que se encontra o movimento estudantil brasileiro. Aliás, o próprio decorrer do Congresso demonstrou bem a atual situação da entidade nacional dos estudantes. Foram três dias e três noites ocupados por uma tediosa sucessão de discursos pelos delegados. Estes, de um modo geral, preferiam se entreter com uma permanente guerra de cores, semelhante à das torcidas de futebol, que nos últimos anos tem substituído o debate político em quase todos os encontros estudantis.

Eleições

No item relativo às eleições de novembro, a diretoria da UNE dividiu-se em duas propostas, ambas defendendo o "voto nas oposições, contra o PDS", com diferenças apenas nas nuances de sua redação. Venceu a proposta apresentada por "Viração" e "Hora do Povo", com 972 votos. A posição defendida por quase todos os delegados contrários à diretoria, de apoio aos "candidatos comprometidos com as lutas dos trabalhadores e dos estudantes" chegou perto, com 886 votos.

Rádio Peão

Comissões

A comissão de negociação da Fiesp é composta por sete executivos com idade média de 43 anos. Essa comissão representa a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), 22 sindicatos patronais que representam cerca de 18 mil empresas. Os representantes dos operários serão também sete, para negociar com a comissão patronal as bases do reajuste salarial dos metalúrgicos de São Paulo, Guarulhos e Osasco, a vigorar a partir de 1.º de novembro.

Dois empregos

Em recente pesquisa realizada na Itália constatou-se que em torno de dois milhões e meio de trabalhadores italianos possuem dois empregos.

Esse segundo emprego geralmente não dá nenhuma garantia ou direitos previdenciários. Contribui também para a existência de desemprego e demonstra que o salário de um emprego apenas não é suficiente para as necessidades de uma família.

Boletim diário

Os bancários e financeiros de São Paulo possuem um informativo diário, a "Folha Bancária", que já se encontra em seu 559º número e tem uma tiragem de 35.000 exemplares. No boletim diário, as notícias da categoria são abrangentes, contendo denúncias, informações gerais das atividades bancárias bem como notícias de interesse geral.

Tomou posse

Foi eleita a comissão de fábrica da Ford no Ipiranga, em processo eleitoral que contou com a votação de 95% dos 2.136 funcionários da empresa e foi também posse. Para um mandato que vai até 31 de dezembro de 1984 foram eleitos quatro membros efetivos representando áreas específicas da empresa e um membro eleito para a coordenação.

Acordo separado

Rompendo o acordo feito entre os 11 sindicatos metalúrgicos mineiros para a campanha salarial unificada desse ano, o sindicato de Belo Horizonte e Contagem assinou acordo com a entidade patronal. A reivindicação de produtividade da campanha unificada era de 15%, enquanto o acordo assinado pelo sindicato prevê índices de produtividade de apenas 1% a 5%.

Nova CLT

O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, solicitou à comissão que estuda a reformulação da CLT que apresse as conclusões dos estudos. O ministro pretende que a reformulação do Código de Processo do Trabalho esteja no Congresso Nacional no prazo de 60 dias.

Piquete

Os operários desempregados de São Bernardo e Diadema, em São Paulo, estão sendo mobilizados pelo sindicato dos metalúrgicos daquela região a fazer piquete nos portões da Volkswagen para impedir que os operários da empresa façam horas extras no sábado.

Coferraz

A Coferraz, através de seu presidente, Antônio Ferraz de Andrade, aguarda convocação da Seplan para discutir proposta de reativação da empresa.

O plano foi entregue em Brasília em maio deste ano e incluiu a participação acionária dos empregados da empresa em 5,6%, só pagos quando a empresa voltasse a obter novos lucros.

Fixado o 3º Enclat de São Paulo

O encontro deverá encaminhar a preparação do 1 Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras

Para unificar as forças dos trabalhadores e para retomar a luta pela realização do 1 Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), será realizado em São Paulo, no dia 21 de novembro, o 3º Encontro Estadual da Classe Trabalhadora (Enclat).

A decisão foi tomada na reunião geral da Comissão Estadual Pró-CUT de São Paulo no último dia 25 de setembro. Será o 2º encontro que a classe trabalhadora realizará no 2º semestre deste ano.

O principal objetivo do 3º Enclat será, segundo explicaram os sindicalistas da Comissão Pró-CUT Estadual, encontrar saídas para o impasse criado no movimento sindical desde que a Comissão Nacional Pró-CUT, eleita em agosto de 1981 na I Conclat, e cujo mandato legítimo expirou em finais de agosto deste ano, decidiu prorrogar o próprio mandato e inserir em sua composição representantes de todas as federações e confederações nacionais de trabalhadores.

Impasse

Essa decisão da Comissão Nacional Pró-CUT foi tomada em Brasília, nos dias 11 e 12 de setembro, em reunião da qual foi impedida de participar parte dos delegados dos Estados de São Paulo, Pará, Goiás, no total de 30 sindicalistas. As delegações de quatro Estados retiraram-se, então, do plenário.

No próprio dia 12, os sindicalistas que se retiraram da reunião, discordando das decisões adotadas pela Comissão Nacional Pró-CUT, lançaram

um documento no qual propõem a realização de reunião nacional do movimento sindical nos dias 4 e 5 de dezembro, a fim de deliberar sobre a realização do primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora e sobre os passos necessários à construção da Central Única dos Trabalhadores.

Nas próximas reuniões da Comissão Estadual Pró-CUT voltará à pauta a realização do 3º Enclat e o impasse do movimento sindical.

Espaço Comum

"Se houver esforços de todos aqueles que querem autonomia sindical, com a formação de uma CUT pelas bases, o Conclat será realizado. Mas, se ficarmos na dependência de quem não quer nada com os trabalhadores, esperando uma unidade em cima da estrutura que aí está, acredito que nada conseguiremos."

Essa é a opinião de Miguel Rupp, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e membro da comissão estadual Pró-CUT, ao comentar as divergências que provocaram o adiamento do 1 Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), cuja realização estava prevista para agosto último.

Antes da Posse

Segundo ele, o Conclat tem que ser realizado antes da posse dos novos governadores, pois "o movimento sindical está acima da tutela do Estado". Isso significa que, se for depois da posse, "correremos o risco de ter



A Comissão Estadual Pró-CUT, reunida no dia 25 de setembro (Foto: Vera Lúcia)

um Conclat sem representatividade, porque estará nas mãos de certos governadores que vão querer mostrar-se bonzinhos, para depois golpear os trabalhadores."

Sobre o resultado do Enclat de São Paulo, onde a proposta do adiamento foi derrotada por dois votos, Miguel Rupp afirma que essa diferença não divide o movimento sindical. "O que vimos foi uma grande falta de esclarecimento sobre a proposta de se realizar o Conclat em 82

ou em 83. Mas, assim que tivermos plena convicção de que haverá Conclat com data marcada e as entidades abrirem suas portas para escolha de delegados, todos os trabalhadores que estiveram contra irão participar junto com os demais".

Duas linhas

Para Miguel Rupp, a questão central que envolve o movimento sindical brasileiro, hoje, se refere a duas concepções

básicas: uma, atrelada à atual estrutura e, outra, que defende a autonomia dos sindicatos.

Segundo ele, o adiamento do Conclat deveu-se exatamente ao posicionamento do primeiro grupo, que tinha como objetivo afastar a possibilidade de os trabalhadores se encontrarem em 1982, a fim de que a classe trabalhadora ficasse longe e não se pudesse posicionar sobre as eleições de novembro próximo.

Bancários têm acordo

Os trabalhadores obtêm 5% acima do INPC

Foi realizado acordo entre os representantes do Sindicato dos Estabelecimentos Bancários de São Paulo e da Federação dos Bancários dos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e mais 23 entidades. Foi aceita a contraproposta dos empresários, de acordo coletivo. A contraproposta oferece 5% acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de setembro, com um mínimo de Cr\$ 3.400,00, piso profissional de Cr\$ 30.000,00 para o pessoal da portaria e Cr\$ 38 mil para o pessoal de escritório, anuênio de Cr\$ 2.455,00 e gratificação de caixa de 10 mil.

Uma novidade nesse acordo foi a instituição do auxílio à alimentação de Cr\$ 200,00 por dia e o auxílio-transporte de Cr\$ 4.400,00 por mês, e ainda um reembolso de creche de até Cr\$ 7.768,00. Para o Sindicato paulista esse acordo dependerá do referendo da assembléia.

Edson Campos, membro da Comissão Estadual Pró-CUT de São Paulo, assim se manifestou sobre a campanha dos bancários.

"A categoria bancária está em fase final de campanha salarial, que tem como data-base 1º de setembro. Vale ressaltar alguns aspectos do setor financeiro e comparar com a proposta feita a nossa categoria para termos até onde vai a ganância dos banqueiros. Segundo os balanços dos bancos do ano de 1981 o total de lucros auferidos foi de 723 bilhões de cruzeiros, o que significou um aumento em relação ao ano de 1980 de 191%. Outro dado para mostrar o que significa esse lucro absurdo é que o total deste lucro é o equivalente ao maior salário mínimo regional anual de 6.700.000 trabalhadores, e ainda segundo a revista The Banker editada pelo Times nos dá o seguinte dado dos 500 maiores bancos do

mundo, sete são brasileiros, sendo que em lucratividade os sete primeiros são exatamente os bancos brasileiros."

Ganância

"Agora vejamos qual foi a proposta feita aos bancários este ano: 5% de produtividade, ou Cr\$ 3.400,00 fixos, salário de ingresso de Cr\$ 38.000,00, anuênio de Cr\$ 2.455,00, auxílio-alimentação de Cr\$ 200,00 por dia, e algumas poucas outras cláusulas. Para quem teve um lucro de 723 bilhões de cruzeiros mostra bem até aonde vai a ganância destes parasitas que não fazem outra coisa senão especular no mercado financeiro sem produzir nada simplesmente ganhando com os juros e com isso aumentando a nossa inflação que ao final são os trabalhadores que pagam.

"Desse jeito — finalizou Edson Campos — só defendendo a estatização dos bancos como fez o México."

7 horas de greve: vitória na Scania

Demitidos receberão até dezembro

Bastaram apenas sete horas de paralisação, para que os 1.520 operários horistas da Saab Scania conseguissem arrancar da empresa, no último dia 1º, um acordo que foi considerado como uma grande vitória pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Demissão

O movimento de protesto foi gerado pela demissão, no dia anterior, de 26 empregados da faxina, já que a fábrica resolveu entregar os serviços desse setor a uma empresa especializada. Na

madrugada do dia seguinte, os operários realizaram uma assembléia, onde a greve foi aprovada por unanimidade.

Acordo

Sete horas depois, o acordo era assinado com o sindicato: os demitidos irão receber salários até o dia 31 de dezembro; os demais operários ligados à linha de produção terão estabilidade por três meses; das 7 horas paradas, apenas quatro serão descontadas, assim mesmo em duas parcelas, e, por fim, nenhum operário sofrerá prejuízo em seu descanso semanal remunerado.

Metalúrgicos de SP em campanha

Negociações já foram iniciadas

Reajuste trimestral; piso salarial de Cr\$ 58.703,00; aumento real de salário de 15%, aplicado em todas as faixas salariais após o reajuste; 10% acima do INPC para a faixa salarial de até três salários mínimos e redução da jornada de 48 horas semanais para 40. Estas são as principais reivindicações dos metalúrgicos de São Paulo e que foram entregues à diretoria da Fiesp no dia 27, às 15 horas, pela diretoria do sindicato.

A campanha salarial deste ano começou há seis meses com reuniões por fábricas, depois foram feitas reuniões por conjuntos de fábricas, divididas em setores e essa preparação culminou na assembléia do dia 17 de setembro, onde quatro mil metalúrgicos aprovaram a pauta de reivindicações.

Segundo Clemltre Guedes da Silva, secretário geral do sindicato dos metalúrgicos, a participação na campanha salarial deste ano está sendo maior que na do ano passado, talvez por causa dos movimentos grevistas atuais, porque os trabalhadores não estão aceitando a dispensa como um fato consumado e estão brigando contra o desemprego e ele ainda diz "ao que tudo indica, se a campanha salarial tiver um rumo difícil, os trabalhadores irão à greve".

Geraldo Nicolau de Castro, que trabalha em uma metalúrgica de médio porte diz "não estou vendo grande mobilização nessa campanha, na fábrica em que trabalho, por exemplo, não chegou nenhuma informação sobre a campanha salarial, não fui em nenhuma assembléia ou reunião pois não sabia que estavam acontecendo".

As respostas da Fiesp à pauta de reivindicações dos metalúrgicos e suas propostas serão apreciadas no dia 15 de outubro, às 19 horas, na sede do sindicato, ou seja, na rua Galvão Bueno, 780.

Contra a Lei de Greve

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através de seu presidente, d. Ivo Lorscheiter, reivindicou ao ministro do Trabalho, Murilo Macedo, a revisão da Lei de Greve e da legislação que disciplina a organização dos sindicatos no País.

Essa posição da Igreja foi tirada na última assembléia da Pastoral da Igreja, realizada em Porto Alegre, e se insere na filosofia da encíclica do papa João Paulo II, "Laborem Exercens".

Agenda dos Trabalhadores

OUTUBRO

- * Congresso de Estudantes Secundaristas 8 a 10 Belo Horizonte MG
- * Congresso de Educação Paulista 9 e 10 São Paulo SP
- * Congresso Paulista de Professores 11 e 12 São Paulo SP
- * IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 11 a 15 Rio RJ
- * Julgamento de onze posseiros acusados de terem matado dois grileiros 13 Porto Nacional GO
- * Debate público do Projeto de Programa Econômico do PT, promovido pelo Núcleo de Base dos Economistas, do PT/SP, às 10 h, na sala 20 do prédio novo da PUC, rua Monte Alegre 16 São Paulo SP
- * Festa do Comitê Eleitoral Unificado Regional de São Paulo, às 20 h, rua Cristiano Viana, 950, Pinheiros 16 São Paulo SP

NOVEMBRO

- * Interrogatório de Lula em processo movido pelo ex-governador Paulo Maluf 5 São Paulo SP
- * Final do prazo de transmissão de propaganda eleitoral gratuita em Rádio e TV (Lei Falcão) 12 Em todo o País
- * Último dia para realização de comícios e reuniões públicas eleitorais 13 Em todo o País
- * Fim do prazo para divulgação de prévias e pesquisas eleitorais 13 Em todo o País
- * Eleições para governador, senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador. Início da votação às 8 horas e término às 17 horas 15 Em todo o País
- * 3º Encontro das Classes Trabalhadoras (Enclat) de São Paulo 21 São Paulo SP
- * Data prevista para término das apurações eleitorais 25 Em todo o País

DEZEMBRO

- * Reunião nacional do movimento sindical para preparar o 1 Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras 4 e 5 São Paulo SP



Os professores lutam para melhorar a Educação e as condições de trabalho (Foto: Ricardo Malta / F4)

PM: 350 mortos em 273 dias

Deputado denuncia ao ministro da Justiça os assassinatos da Rota

Pelo menos uma pessoa é morta por dia, pela Rota (uma divisão da Polícia Militar), em São Paulo — essa é a dramática conclusão a que se chega ao examinar os dados existentes.

Na verdade, a média aritmética é ainda maior do que um por dia: de 1º de janeiro a 30 de setembro — 273 dias, portanto —, a Rota matou 350 pessoas.

Denúncia

Esses dados — além de outros igualmente escandalosos — constam de denúncia enviada pelo deputado Edu-

ardo Matarazzo Suplicy, do PT de São Paulo, ao ministro Abi-Ackel, da Justiça. O deputado fez, na mesma ocasião, pronunciamento na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Casos especiais

Além da relação completa dos 350 mortos — em que constam qualificação da vítima, local e data da ocorrência, e, muitas vezes, indicação da viatura e dos policiais responsáveis —, a denúncia do deputado petista também relata vários casos especialmente violentos.

CITIZÃO	LOCAL	NR RESPONSÁVEL	DATA
1. Renato, apresentando 20 anos	R. Manoel Manoel, 75, Vila Industrial, Glória	SP 1223, TM Ademar e Nelson	6/29/1982
2. Tício Roqueira Filho, 24 anos	Tapanua, 1.000 da Barra, Pedreira	Tático Móvel 1481, Tenente Maril	8/20/1982
3. Cívico Ramos Silva, 28 anos	Rajado de Campo Limpo, 343	Tático Móvel 1481, Tenente Maril	8/20/1982
4. Maluco, apresentando 20 anos	Itaquera	Rota 9185, Sargento Ivo	8/20/1982
5. Paulo, 28 anos e branco, 30 anos	R. Fernando Morais, 1330, Chácara São Antonio	SP 1234, PM Sigurdsson, Natanael, Alvaro e Sérgio	
6. Ercilândia Alves Costa, 22 anos	R. Manoel Manoel, 44, Vila Industrial - Glória	Rota 9185	
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13.
14.
15.
16.
17.
18.
19.
20.

A relação que acompanha a denúncia traz o levantamento dos casos de 1º de janeiro a 30 de setembro deste ano

Professores fazem o congresso anual

Será realizado nos dias nove e dez desse mês o Congresso Estadual de Educação e nos dias 11 e 12 o Congresso Estadual Anual da Apeoesp (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo).

Pauta

Os dois congressos serão realizados no Teatro Taib, na rua Três Rios, 246, junto à estação Tiradentes do Metrô. Do primeiro congresso, que se inicia no dia nove, poderão participar todos os professores interessados em discutir a Educação nas questões ligadas

ao ensino pré-escolar e 1º e 2º graus; relações entre alunos, professores e diretores; e a ideologia na escola e no currículo.

Salário

No dia 10 à noite será a abertura do Congresso Estadual Anual da Apeoesp, com discussões sobre o estatuto da entidade e da Confederação dos Professores do Brasil.

Na pauta desse encontro serão abordadas questões ligadas à organização do magistério, campanha salarial e questões gerais.

Assine o Jornal dos Trabalhadores

Cr\$ 1.000,00 por 24 números
 Cr\$ 500,00 por 12 números

Nome
 Profissão Idade
 Endereço (rua, número)
 Cep Cidade Estado

Assinale o tipo de assinatura que você quer e envie este cupom juntamente com um cheque nominal cruzado em nome de Perseu Abramo. Remeter para **Jornal dos Trabalhadores** — ASSINATURAS — Rua Andréa Paulinetti, 558, Cep 04707, São Paulo, SP. Tel.: 531-0618.

Tribuna Livre

Movimento negro e o PT

Francisco Marcos Dias
 Militante do movimento negro, no Grupo Molungo-Itaquera, em São Paulo. Membro do Partido dos Trabalhadores.

Há quem pergunte por que os negros estão a fazer tanto barulho ultimamente, em forma de movimentos, reuniões, congressos e até mesmo surgimento de candidatos fazendo um discurso estritamente racial.

Há até mesmo quem pergunte por que dentro do próprio PT surge grupos de negros, candidatos, levantando essa questão.

Pensando nisso, resolvemos analisar um pouco a situação do negro dentro e fora do Partido e por que tanto barulho.

O negro, quando aqui chegou, veio trazido para desempenhar um papel específico, que era ser escravo. E como tal, com o seu suor e sangue, construiu-se a nação brasileira.

Veio a abolição da escravidão, muito mais por interesses econômicos do que realmente para acabar com a atrocidade que é a escravidão. Logicamente, não se pode esquecer que houve uma luta para atingir tal objetivo, mas tem-se claro que a libertação foi mais concedida do que conquistada. E tal fato é comprovado pela miséria e marginalidade às quais foram jogados os negros no caminho do processo.

Sabe-se também que, durante e após a abolição, houve diversas formas de organização do negro para fugir da condição de escravo, resistir ao branco, lutar contra a colônia, lutar contra o regime e muito sangue precioso de negros anônimos foi derramado.

Porém, o oprimido começa a escrever sua história, começa a descobrir os nomes dos heróis anônimos e começa a se organizar das mais diversas formas. Assim, como o Brasil hoje é outro, onde o trabalhador começa a buscar formas de organização para efetivamente cuidar de seus interesses, nós negros não poderíamos deixar de

nos organizar, pois também somos trabalhadores, também somos oprimidos, mas somos negros. E essa ressalva faz com que o sistema nos discrimine, nos separe (negros, pardos, mulatos, mestiços e outros) tornando-nos marginalizados. Lançando-nos às favelas e alagados, pagando-nos baixos salários, reservando-nos subempregos, atirando-nos aos cárceres, dizimando-nos nas periferias e baixadas. E agora, bem recentemente, propondo-nos o controle de nossa natalidade da forma mais torpe, esterilizando nossas mulheres, evitando assim um crescimento da nossa população.

Temos então de nos organizar; porém, hoje, essa não é uma luta separada, onde somente o negro deve lutar. Essa é uma luta de todos, negros e brancos, e o PT — Partido dos Trabalhadores — surge como uma opção de organização.

Nós, negros, devemos nos organizar enquanto negros, levantando as nossas reivindicações, exigindo o nosso espaço, gerando nossas lideranças e porta-vozes, atuando decididamente dentro do Partido.

Mostrar ao nosso irmão, branco, e também oprimido, as formas de opressão às quais estamos sujeitos. Trabalhar juntos. Evitando os erros organizativos do passado, não deixando que falemos por nós pois somos a grande maioria deste País, somos a grande massa de trabalhadores, somos quem carregou e carrega este País nas costas; e não podemos deixar que se forme um partido do trabalhador, pelo trabalhador e para o trabalhador sem a nossa presença.

Tudo esse barulho, é consequência dos anos em que nos calamos.

Tudo esse barulho, é devido ao imobilismo causado pelas correntes em nossos pés.

Tudo esse barulho é o levantamento de dados e fatos para a construção de um País novo, moderno, feito por nós e para nós. Uma verdadeira democracia racial, não aquela dita por eles, mas sim proclamada por nós.

É o seguinte o texto da denúncia do deputado do PT:

"Venho encaminhar a Vossa Excelência um levantamento dramático de 350 (trezentos e cinquenta) casos de morte de pessoas em episódios com a polícia militar na região metropolitana de São Paulo, no período de 1º de janeiro de 1982 até a presente data.

"No dia 29 de abril último, fizemos um pronunciamento na Tribuna desta Assembléia Legislativa em que comentávamos, com tristeza, a indiscutível violência da polícia militar na região da Grande São Paulo. Apontávamos a regularidade de ocorrências de morte envolvendo policiais militares, principalmente da Rota e da Tático Móvel, sempre com a mesma justificativa: Os policiais militares agiram em defesa própria e em estrito cumprimento do dever, atirando sempre depois que o bandido, com várias passagens pela polícia — ou pela Febem, no caso de menores, reagiu violentamente à voz de prisão. Em nosso pronunciamento, enfatizávamos, também, a gravidade desta pena de morte, regularmente utilizada pelos policiais militares, com maiores danos à sociedade devido à falta de julgamento prévio das vítimas. Como pode uma polícia, em um país civilizado, atirar primeiro para depois obter provas se o indivíduo em "atitudes suspeitas" é ou não criminoso? Para isso existe a Justiça e para isso existe, em nossa Constituição da República, o direito de ser julgado por tribunal e júri independentes e de ser considerado inocente até prova em contrário. A polícia militar age como se qualquer indivíduo, conversando em um lugar ermo e à noite, fosse automaticamente criminoso. Atira antes e sempre considera culpado até prova de inocência. Não podemos tolerar a continuação de ação de uma polícia militar que desobedece freqüentemente a Constituição da República e faz letra morta das regras mais elementares do Direito.

"Esse exagerado número e as circunstâncias em que ocorreram os episódios denotam com clareza um extraordinário abuso por parte das autoridades responsáveis pela segurança pública. Sem respeito pela vida do ser humano, contrariando a legislação vigente, em inúmeras oportunidades, os policiais militares em São Paulo têm decidido a aplicação sumária da pena de morte sem julgamento e atingindo muitas vezes pessoas inocentes e menores de idade. Muitas pessoas mortas não foram sequer identificadas. Em editorial, do dia 10 de setembro de 1982, "O Estado de S. Paulo" pergunta: "Justicieiros ou policiais? De fato, matam-se bandidos; que reagem à prisão e bandidos que se entregam, e junto com estes, trabalhadores honestos, rapazolas inocentes, arrimos de família, simples transeuntes que têm a má sorte de cruzar, à noite, e na periferia, com um desses grupos de justiceiros em que as rondas se transformaram. Para nós, não importa se quem morre é culpado ou inocente. Importa que as pessoas são assassinadas. Importa que os agentes pagos e armados pela sociedade para fazer cumprir e respeitar a lei, tomam-na em suas próprias mãos e fazem dela o que bem entendem, escarnecendo a Justiça e impondo a todos os cidadãos a pior das truculências, a daqueles que, escudados na farda miliciana, deveriam conter a violência que estimulam".

"No caso de Válder Antônio Grilli, explicado em detalhe pela reportagem da "Folha de S. Paulo" de domingo, 3 de outubro, de 1982, aqui anexa, e já objeto de carta de dona Maria Aparecida Grilli, mãe da vítima, enviada à Vossa Excelência, no último dia 24 de agosto, mostra um claro abuso de poder por parte dos policiais militares. O caso de Válder Antônio Grilli, infelizmente, não é o único na região de São Paulo.

Aumentou

"Desde nosso pronunciamento original, constatamos que a gravidade das ocorrências com policiais militares aumentou. Existe, ao que parece, uma surda competição entre a Tático Móvel e a Rota para mostrar, de acordo com a imprensa, "quem são os melhores policiais". Na interpretação desses maltratados membros das polícias militares isto parece dizer quem "mata mais bandido". No total, neste ano de 1982, houve 350 (trezentos e cinquenta) mortes ocasionadas por responsabilidade de policiais militares. Conforme pudemos apurar, 170 (cento e setenta) foram devido à ação da Rota, 113 (cento e treze) ocasionadas por policiais militares da tático Móvel, 39 (trinta e nove) da Rádio Patrulha e outras 28 (vinte e

Casos especiais e reais de violência

As sugestões do Partido

Em discurso que fez na Assembléia Legislativa no dia 6 de outubro, o deputado Suplicy denunciou o fato, também, ao governador do Estado de São Paulo, ao comandante da Polícia Militar, ao secretário da Segurança Pública e ao procurador-geral da Justiça.

No final da denúncia, diz o deputado: "Se continuarem a ocorrer (as violências), estará o Governo com quais são os responsáveis pela omissão e conivência. Ficará claro para todos que esta continua violência das autoridades responsáveis pela segurança pública constitui política premeditada de um Governo para intimidar a população. O intuito, dessa maneira, é de fazer os trabalhadores sentirem mais atemorizados pelo regime e desencorajados de ter

qualquer participação política".

Como conclusão, o deputado apresenta trabalho — feito por ele, pelo candidato do PT a vice-governador em São Paulo, Hélio Bicudo, e por outros companheiros de Partido — contendo as sugestões do Partido dos Trabalhadores para modificar o quadro em profundidade.

Entre as sugestões, há a de criação de uma polícia civil desarmada (apoiada por policiamento armado para casos graves), descentralização da polícia e do Judiciário para maior rapidez de ação, nova periodização do funcionamento da Justiça e restabelecimento da competência da Justiça Comum para julgar os crimes de policiais militares, eliminando o fórum especial de que hoje eles gozam.

Fuzilamento

"O menino Márcio, 17 anos, hoje por medida de segurança do Juizado de Menores internado em uma unidade da Febem, relatou os eventos que precederam ao fuzilamento de seus dois amigos, também menores, "Índio" e "Neguinho". Em depoimento no inquérito da Delegacia Seccional de Osasco, acompanhado pelo promotor público, dr. Airton de Oliveira Negreão, Márcio contou que na tarde de 10 de fevereiro de 1982, estava com os dois amigos em um ponto de ônibus no bairro do Brooklin, quando policiais militares da Tático Móvel os prenderam. Foram em seguida levados ao quartel da PM localizado junto ao portão principal da pista de

Interlagos e lá ficaram mais ou menos cinco horas. No princípio da noite um carro grande chegou, com três homens vestidos de roupa esporte, e colocaram os rapazes no banco traseiro, partindo em seguida para a estrada da Barrinha, em Itapeerica da Serra. Lá forçaram os três rapazes a se ajoelharem e os fuzilaram. Márcio se jogou para trás, perdendo-se no matagal, e, mesmo seriamente ferido, conseguiu escapar podendo hoje dar testemunho do caso.

"No domingo, dia 31 de janeiro, em Vila Zatt, outra ocorrência de extrema violência chocou a população. Adail Oliveira, 19 anos, fúneiro e pintor de automóvel, foi assassinado por policiais militares da Rádio Patrulha: "ouvimos tiros de revólver", dizem as testemunhas, e corremos curiosos para a rua. A uma distância de 50 metros, avistamos um Volks com o pábrisa furado à bala e uma RP estacionada ao lado sem nenhum policial dentro. A sua volta centenas de pessoas e uma vítima ensanguentada, gemendo, deitada no chão. Como ninguém prestava socorro, a vítima, mesmo com o ferimento no pescoço, conseguiu levantar-se e se dirigiu à sua residência que era perto do local e pediu socorro à sua esposa. Nesse tempo surgiram os policiais que haviam perseguido e morto outro rapaz, Wilson Oliveira Brandão, 19 anos, mulato, e tomaram Adail pelo braço, dizendo que iriam levá-lo para o Pronto Socorro de Pirituba e impediram os familiares de o acompanhar. Passados mais ou menos 20 minutos, os familiares se encaminharam para o Pronto Socorro e quando lá chegaram o encontraram morto, com os dois ouvidos baleados, uma bala na cabeça e outra no peito, e com a garganta cortada à navalha, além de estar com o corpo sujo de capim. A polícia alega que houve tiroteio no mato."

Alunos choravam

"No dia 3 de setembro, 15 (quinze) policiais militares invadiram a Escola Estadual de 1º e 2º graus, Vicius de Moraes, no km 24 da Rodovia Raposo Tavares, Município de Cotia. Durante quatro horas ameaçaram alunos, funcionários, professores, e o diretor Santo dos Reis Siqueira, exigindo que revelassem onde estava Mário M.O., de 23 anos, que momentos antes se havia escondido no estabelecimento. De acordo com depoimento do diretor Reis Siqueira "durante quatro horas a escola foi um pesadelo. Alunos choravam, corriam de um lado para outro, pulavam o muro, enquanto os policiais com revólveres e metralhadoras apontadas para crianças de 13 anos exigiam que disséssemos onde estava Mário. Eu solicitei ao tenente Benício que ordenasse a seus subordinados que abajassem as armas, mas ele respondeu que não, que era necessário proteger seus homens e que se tivesse um batalhão à sua disposição o teria trazido".

Arrimo de família

"Trabalhadores foram espancados em frente à indústria onde trabalhavam, como ocorreu nos casos de Marcos Barbosa Pereira, de 17 anos, de Nilton Teixeira, 19 anos, ambos prestistas da firma J.M. Indústria e Comércio de Moldados na Vila Matilde. O açougueiro, Antonio Francisco da Silva, pai de dois filhos, 35 anos, foi assassinado na Vila Dirce, em Carapicuíba quando estava na rua. Inúmeros outros casos, no relatório anexo, poderiam ser relatados em detalhes para mostrar a Vossa Excelência a gravidade dos fatos ocorridos em São Paulo. Deixamos estes como exemplo e símbolos do abuso de poder dos policiais militares, justiceiros, deste Estado.

"Estes casos mostram a repetida conivência das autoridades dos Governos estadual e federal. Infelizmente os abusos das autoridades policiais são rotineiros em todo o Brasil. A ação da polícia militar no morro do Engenho Novo, no Rio de Janeiro, quando sete negros foram amarrados uns aos outros pelo pescoço, por ter sido flagrada por fotógrafos do "Jornal do Brasil", causou uma justa reação de indignação em todo o País mas, caso houvesse fotógrafos suficientes para acompanhar a ação das viaturas da Rota e da Tático Móvel, aqui em São Paulo, teríamos registrado fotos estarecedoras, quase todos os dias, inclusive com cadáveres degolados, tendo ao seu lado algemas da polícia militar, conforme foi apurado por testemunhas e consta do nosso levantamento."



PT lança uma proposta de programa econômico

Medidas de curto, médio e longo prazos para o Brasil

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores lançou publicamente, em nível nacional, no dia 27 de setembro, o projeto de Programa Econômico do PT. A cerimônia principal de lançamento se deu no Plenário D. Pedro II, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com a presença de membros da Comissão Executiva Nacional, de militantes e de outros interessados.

Proposta

O Projeto de Programa Econômico do Partido dos Trabalhadores é um documento elaborado — por incumbência do Diretório Nacional — por uma equipe de economistas e outros especialistas, coordenada pelo prof. Paulo Singer. O documento não é e nem pretende ser um Programa acabado; deliberadamente, ele se constitui numa proposta para debate amplo, não apenas nas instâncias regulares do Partido — dos Núcleos de Base ao próprio Diretório Nacional — como também por demais interessados e pela população em geral.

Procurando sempre apresentar os dados essenciais e mais atualizados de análise econômica, e, também, sugestão de soluções de curto, médio e longo prazos para os problemas detectados, o Programa consta de



No lançamento do Programa Econômico do PT, o prof. Paul Singer faz a apresentação do documento. (Foto: Ruy P. Teixeira)

sete capítulos: Introdução, Luta Contra o Desemprego, Redistribuição da Renda, Inflação, O Brasil na Economia Mundial, o Estado e a Economia e A Questão da Terra. O documento tem cerca de 40.000 palavras e quinze tabelas. É escrito em linguagem simples, acessível e conceitualmente precisa.

Divulgação

A íntegra do Programa e mais a íntegra de um manifesto de apoio ao programa, assinado por dezenas de economistas de vários Estados (novas adesões podem ser feitas pelo telefone 263-0211 — R. 209, com Aloisio), estão contidas num Suple-

mento Especial que o *Jornal dos Trabalhadores* editou e divulgou na semana do lançamento.

O número avulso do Suplemento — que tem o título geral de "O PT e a Economia" — custa Cr\$ 250,00. Pedidos de mais de dez exemplares gozarão de desconto de Cr\$ 20,00 por exemplar. Além de estar nas principais bancas de São Paulo e outras capitais, o Suplemento também pode ser encontrado, ou encomendado, na sede regional do PT em São Paulo, rua Santo Amaro, 582, Bela Vista, tel. 36-2334, ou na sede do próprio *Jornal dos Trabalhadores*, rua Andréa Paulinetti, 558, Brooklyn Novo, 531, 531-0618.

A meta final é o socialismo

O primeiro capítulo do Projeto de Programa Econômico do Partido dos Trabalhadores é a "Introdução", em que estão delineados os propósitos gerais do PT nos campos da Economia e da Política.

É nessa Introdução, também, que se contém a afirmação de que o Partido dos Trabalhadores não pretende gerir o capitalismo, mas sim travar lutas imediatas que, ao mesmo tempo, atendam às necessidades concretas mais prementes dos trabalhadores e os conduzam, a longo prazo, para a meta de uma sociedade socialista.

O texto

É o seguinte o texto, na íntegra, da Introdução ao Projeto de Programa Econômico do Partido dos Trabalhadores:

O PT almeja uma sociedade sem explorados e exploradores. Isso significa que o PT se coloca como objetivo primordial e permanente a mobilização da maioria do povo brasileiro, constituída por trabalhadores, por uma luta sem tréguas contra a desigualdade econômica e contra a dominação social e política.

Não há dúvida que, no Brasil de hoje (como de ontem), riqueza e poder andam juntos. Quem tem, manda; e quem nada possui é obrigado a obedecer. Portanto, para acabar com a diferença entre ricos e pobres, é preciso, ao mesmo tempo, acabar com a diferença entre os poucos que dão ordens e os muitos que só recebem ordens. O Partido dos Trabalhadores entende que a luta contra a desigualdade no plano econômico passa pela luta contra a dominação no plano social e político. Isso significa que a mera redistribuição da renda — tirar um pouco dos ricos para dar aos pobres — operada pelo Estado (por necessária que seja) não leva à sociedade sem explorados e sem

exploradores que os trabalhadores almejam. Enquanto uma minoria tiver a propriedade dos meios de produção e o monopólio do poder político, os trabalhadores estarão sujeitos a ser dominados e, portanto, explorados. O objetivo fundamental, a longo prazo, do Partido dos Trabalhadores, é a construção do socialismo no Brasil. É claro que isso não vai acontecer de um dia para o outro. Por isso, o Partido dos Trabalhadores coloca a construção de uma sociedade sem explorados e sem exploradores mediante a socialização dos meios de

produção como objetivo a longo prazo. Não é que não tenhamos pressa. A injustiça e a miséria que vitimam a maioria tornam esta tarefa urgente. Mas sabemos que transformações reais requerem lutas prolongadas e uma considerável acumulação de vitórias. Cada conquista na luta contra a opressão e a exploração abre perspectivas para novas lutas. É através deste processo que alcançaremos a democratização real no âmbito das empresas e no âmbito dos bairros e é isso que nos conduzirá ao socialismo. Este não será — porque não pode ser — resultado de uma política de Governo apenas. O Partido dos Trabalhadores não alimenta qualquer ilusão de que o Estado possa estabelecer o socialismo por decreto. O socialismo será o resultado das muitas lutas que trabalhadores, ao lado dos demais oprimidos — mulheres, negros, índios, deficientes físicos, velhos, homossexuais — forem travando e ganhando contra a opressão e a exploração.

Por isso, a estratégia da luta pelo socialismo tem de unir as muitas lutas parciais por objetivos imediatos e o objetivo final de construção de uma sociedade sem exploradores e explorados. Não tem sentido supor que conquistas que eliminem as formas mais cruas e desumanas de exploração acabem por "corrigir" e "consolidar" o capitalismo. Este raciocínio levaria à ideia de "quanto pior, melhor", ou seja, que a revolução socialista é sempre obra de desesperados. A história das lutas do povo brasileiro ensina exatamente o contrário. As derrotas desmobilizam e a miséria desmoraliza. As vitórias, no entanto, reforçam a organização dos trabalhadores e encaminham sua luta a objetivos mais vastos. O Partido dos Trabalhadores não tem a menor intenção de gerir o capitalismo e suas crises, mas entende que lutas por objetivos imediatos são justas porque:

a) correspondem à necessidade da classe trabalhadora, e

b) reformam as lutas por objetivos de médio prazo e pelo objetivo final, o socialismo.

Os primeiros debates

O Núcleo de Base de Economistas, do Partido dos Trabalhadores, em São Paulo, fará realizar no sábado, 16 de outubro, às 10 horas, o primeiro debate público sobre o Projeto de Programa Econômico do PT.

O debate será realizado na sala 22, rua Monte Alegre, 984, Perdizes, em São Paulo, e está aberto a todos os interessados.

Sugestões

Ao mesmo tempo, o Instituto Wilson Pinheiro, do PT, coloca-se à disposição para o recolhimento de sugestões e críticas ao Programa Econômico, para posterior encaminhamento ao Diretório Nacional do Partido.

Os interessados em participar das discussões em torno do Programa Econômico poderão entrar em contato com o Instituto, rua Desembargador Guimarães, 72, Água Branca, SP, tel. 259-9097.

Sucesso do PT no Rio

Documento do Comitê Unificado

RIO — A visita do presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Rio de Janeiro, para apoiar a candidatura de Lysâneas Maciel ao Governo do Estado, foi um sucesso. Numa maratona que começou cedo, na porta dos estaleiros do Caju, Lula terminou falando, no total, a mais de 30 mil pessoas, que, de Nova Iguaçu a Niterói se concentraram para ver e ouvir o principal líder do Partido dos Trabalhadores, candidato ao Governo do Estado de São Paulo.

Na Cinelândia, onde se concentram mais de 15 mil pessoas, até mesmo os frequentadores do Teatro Municipal deixaram o salão de ópera para ouvir Lula, que das escadarias da Assembleia Legislativa anunciava que "o regime pode matar uma, duas ou até três rosas do jardim,

mas não conseguirá deter a chegada da primavera. E o PT é a primavera dos trabalhadores".

Antes de Lula, Lysâneas fez um discurso anunciando que o PT trazia para a ação política a novidade que é a presença e a participação hoje do povo oprimido nos processos políticos. O candidato do PT ao Governo do Rio denunciou também o documento dos empresários cariocas, apoiado por todos os demais partidos, e quem em 36 páginas dedicou apenas duas para tratar dos problemas sociais, e disse que o PT veio para trazer à tona os interesses da classe operária e dos trabalhadores, que é com quem o PT tem compromissos.

Após a apresentação de vários números artísticos, comandados pela atriz petista

Lucélia Santos, Lula fez um discurso que empolgou a multidão presente, que por diversas vezes o interrompeu com aplausos e gritos de "Lula, Lula". Ele disse também que, se o Governo Figueiredo prestasse alguma coisa, não teria governadores e ministros como Maluf, Jair Soares ou César Cals.

Niterói

Lula esteve inicialmente com dois mil operários dos estaleiros do Caju e depois foi a Nova Iguaçu, onde mais de três mil pessoas o aguardavam. Lula seguiu para Niterói, onde falou para sete mil pessoas na praça Araribóia, indo depois para a Cinelândia, onde chegou liderando uma passeata de mil pessoas. A maratona terminou com uma festa no subúrbio do Rio, que reuniu centenas de pessoas.

Fala, Companheiro!

"Vencer o medo de mudar"

Oswaldo André Filho, ex-ajudante de mecânico e ex-técnico mecânico, atualmente é estudante de Comunicação Social nas Faculdades Integradas Alcântara Machado, em São Paulo. E trabalha como jornalista. Ele fala sobre o PT:

"Com o aparecimento do PT pode o povo brasileiro contar realmente com um partido dito de oposição e realmente de oposição. Esse partido saiu da periferia do sistema para vir a constituir-se como um partido em que todas as camadas até então marginalizadas saíssem da marginalidade e pudessem dizer o que se passa na base. E o que deverá ser mudado para que todos possam ter participação crescente nos meios de produção. Mas acontece que muitos



trabalhadores, por terem salário um pouco maior que outros, já se sentem com ideias de classe dominante e não percebem que estão sendo usados como títeres. E muitos, por causa disso, têm medo de verdadeiras mudanças na sociedade. O PT precisa procurar atingir essas pessoas, em sua campanha política e eleitoral, para ajudá-las a vencer o medo de mudar."

Corrigir os rumos da nossa campanha

O Comitê Eleitoral Unificado Nacional do Partido dos Trabalhadores elaborou um documento que analisa a campanha eleitoral do Partido em todo o País, e, após detectar e analisar várias dificuldades, conclui por três recomendações básicas, destinadas a corrigir os rumos da campanha onde se fizer necessário.

O documento já foi aprovado pela Comissão Política da Comissão Executiva Nacional do PT e enviado aos membros do Diretório Nacional, e aos Diretórios Regionais.

"Faltando apenas 52 dias para as eleições de 15 de novembro, a campanha eleitoral do PT segue em plena marcha. Vencendo sérios desafios, nosso Partido superou as dificuldades da legalização, estabeleceu uma tática eleitoral consequente, formulou plataformas eleitorais que expressam os interesses dos trabalhadores, escolheu candidatos a partir das bases, criou instrumentos de campanha e lança-se às ruas.

"É inegável que isso vem fazendo avançar a construção do Partido dos Trabalhadores, em todo o País. Mas é também inegável que esse avanço nem sempre tem assumido o vigor necessário. E que erros e desvios têm sido cometidos, comprometendo o bom andamento de nossa campanha.

"Esses desvios refletem sempre debilidades e confusões que devemos corrigir com urgência. Avaliar a campanha eleitoral não é tarefa apenas para 16 de novembro. É para já. Precisamos avaliar nosso desempenho a cada momento, para que tenhamos tempo de corrigir determinados comportamentos, modificar certas atitudes e assegurar o cumprimento dos objetivos básicos que fixamos para essas eleições em nossa Carta Eleitoral:

"1. Levantar o programa do PT aos trabalhadores, usando a campanha eleitoral para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e consciência política do povo, tarefas estas que servirão para ampliar a consolidação do PT;

"2. Constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente, na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular. Além disso visa a fortalecer uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores.

"Para isso, segundo a Carta Eleitoral, devemos conquistar bancadas parlamentares fortes e assumir a administração do maior número possível de executivos, fazendo da campanha eleitoral um período de fortalecimento do PT.

"Faltando tão pouco tempo para as eleições, temos de fazer uma avaliação responsável da caminhada feita até aqui, localizando os erros e superando-os nos dias que faltam para o encerramento da campanha.

"É hora de darmos o impulso final à campanha eleitoral: corrigir os erros não significa parar o trabalho para fazer intermináveis discussões poli-

ticas. As duas coisas têm de andar juntas, ou seja, os erros e desvios devem ser corrigidos principalmente com uma maior ofensiva na campanha eleitoral e com o crescimento do nosso trabalho político, para que os objetivos do PT nessas eleições sejam alcançados.

Concluindo, o documento apresenta as seguintes três recomendações urgentes:

"Nesse quadro, três tarefas se impõem com urgência, para possibilitar uma correção nos rumos de nossa campanha eleitoral:

"1. O funcionamento dos organismos partidários — é preciso que as direções do Partido continuem funcionando regularmente durante a campanha eleitoral, exercendo seu papel central, que é de dirigir politicamente o Partido, nos diversos níveis. As direções não se podem dissolver ou diluir durante a campanha, nem passar as tarefas que lhes são próprias aos comitês eleitorais unificados. É tarefa das direções inclusive estabelecer com nitidez as metas eleitorais a serem alcançadas em cada nível, mobilizando o Partido no sentido de alcançá-las. Também as secretarias e comissões têm de funcionar durante a campanha, cumprindo suas tarefas. E os núcleos, mais do que nunca, precisam ser mobilizados;

"2. O funcionamento efetivo dos comitês eleitorais unificados — não basta constituir CEUs apenas para constar, nem é correto entregar aos CEUs a direção política do Partido. Os CEUs têm de funcionar subordinados aos diretórios, exercendo o comando da campanha eleitoral e centralizando as atividades de organização, finanças e propaganda da campanha. Os CEUs têm de estabelecer mecanismos de relações horizontais com as direções políticas do Partido e relações verticais com os CEUs que lhe são subordinados; municipais, distritais, zonas. É preciso que os CEUs assegurem a ligação da campanha dos majoritários com as dos proporcionais. Por fim, não é demais lembrar que a legislação exige a constituição de comitês eleitorais, que inclusive, depois das eleições, terão de prestar contas à Justiça Eleitoral sobre os gastos da campanha.

"3. Orientar a campanha no sentido de atingir os setores considerados fundamentais pelo PT — as pesquisas indicam que ainda existe, em todo o País, um enorme contingente de eleitores indecisos, que não sabem em que vão votar. Grande parte desses indecisos situam-se exatamente nos setores sociais que mais diretamente se vinculam ao Programa do PT, os trabalhadores de menor renda, as populações das periferias dos centros urbanos. É essencial, assim, que o PT volte sua campanha para esses setores, através dos meios de que dispomos, mostrando que apresentamos a melhor proposta para os trabalhadores. Trabalhando junto aos indecisos, estamos não só aumentando o número de votos para o PT como construindo o Partido nos setores fundamentais da população."

Nossa Vez

Contra a cédula

O PT entrou no Supremo Tribunal Federal com mandado de segurança contra o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Moreira Alves. O mandado de segurança foi impetrado por motivo da aprovação da cédula eleitoral proposta pelo governo. O PT solicita ao Supremo Tribunal Eleitoral que faça prevalecer o modelo de cédula eleitoral do TSE, em que consta o nome dos candidatos a cargos majoritários e a sigla de seus respectivos partidos.

PT arte

Aconteceu no final de setembro, com grande sucesso, na praça Benedito Calixto, em São Paulo, o 1º evento de artes plásticas do PT. Com exposição e vendas de quadros de Cláudio Tozzi, Antonio Henrique Amaral, Elifas Andreato, Cristina Parisi, Fajado e Hélio de Almeida, entre outros. Foi apresentado o filme "Linha de Montagem", de Renato Tapajós.

Grande festa

O Comitê Eleitoral Unificado regional de São Paulo, do Partido dos Trabalhadores, realizará grande festa, com baile, música, comidas, venda de material, etc., para arrecadar mais fundos para a campanha eleitoral. O baile será realizado no dia 16 de outubro, às 22 horas, na rua Cristiano Viana, 950, no Clube das Bandeiras, em Pinheiros. O convite custa Cr\$ 1.000,00.

Despesas

O PT, através de seu líder na Câmara, deputado Airton Soares, vai solicitar ao Tribunal de Contas da União que apure as despesas feitas por dona Dulce Figueiredo, esposa do presidente da República, com sua permanência em São Paulo, para assistir à apresentação do cantor espanhol Júlio Iglesias. O deputado foi informado de que um Boeing realizou três viagens de ida e volta a Brasília transportando a comitiva da esposa do presidente. Essas viagens custaram, só em combustível, cerca de quatro milhões e 950 mil cruzeiros, pelos 90 mil litros de querosene consumidos. Além do custo milionário da viagem, não foram incluídos ainda os custos com hospedagem em hotel de primeira categoria. Dezesseis opalas oficiais foram colocados à disposição de dona Dulce. Na comitiva estava incluída a presença de uma maquiadora e cabeleireira.

Processo

O Supremo Tribunal Federal decidiu em sessão secreta negar habeas corpus ao deputado federal Freitas Diniz, do PT do Maranhão. O deputado pediu o trancamento do processo que está respondendo. Ele é acusado de ter feito discurso ofensivo à honra do presidente Figueiredo e do ministro da Aeronáutica.

A decisão tomada pelo STM provocou a reação do líder do PT na Câmara, deputado Airton Soares, que requereu a suspensão do processo que está em curso contra o parlamentar petista. Para Airton os parlamentares devem tomar atitude imediata contra a posição do STF, pois "ou os congressistas foram ludibriados pela mensagem presidencial naquilo que se refere às imunidades parlamentares ou a STF está equivocada, sendo mais realista que o rei".

PUBLICAÇÕES

5 anos de "Em Tempo:"

Na semana passada, o jornal "Em Tempo" publicou uma edição especial comemorativa de cinco anos de existência.

Contendo reproduções fotográficas de algumas de suas principais capas, a edição conta, também, momentos cruciais de sua história, através das reportagens, das campanhas, das perseguições sofridas pela repressão política, e da decisão de apoio ao PT.

No editorial, "Em Tempo" autodefine-se como "um jornal marxista revolucionário".



Saiu o jornal "Jerusalém"

Foi lançado em São Paulo o primeiro número do jornal "Jerusalém". O jornal saiu às bancas depois do genocídio de palestinos em Sabra e Chatila e denuncia o envolvimento do Governo de Israel nos fatos que ocorreram.



A primeira edição do jornal é ocupada na maior parte para a denúncia do genocídio ocorrido no Líbano. São publicadas também matérias sobre o assassinato do presidente eleito do Líbano, uma entrevista com uma brasileira que estava no Líbano durante a guerra e

um artigo onde se analisa as consequências da morte do líder árabe Abdel Nasser. O editor responsável por "Jerusalém" é o jornalista Georges L. Bourdokan.

Um grupo fora do padrão

Numa sociedade como a brasileira, em que os meios de comunicação de massa são instrumentos poderosos nas mãos da burguesia para o exercício da dominação ideológica, é reconfortante sentir que existem profissionais e pesquisadores dispostos a inverter esta tendência.



É o caso da Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Formada por professores e profissionais de comunicação de todo o Brasil, a Intercom vem desenvolvendo um grande trabalho de investigação sobre a prática da comunicação popular e sobre as maneiras pelas quais os trabalhadores podem aumentar seu espírito crítico diante do que existe por aí.

especial os casos do Chile e do Peru. Todos os três Cadernos Intercom são material importante para os que se interessam pela vida cultural dos trabalhadores no Brasil. Não se pode negar a grande influência que televisão, jornais e rádio exercem sobre a imensa maioria do povo brasileiro. E ignorá-los ou deixá-los de analisá-los sob uma perspectiva popular seria um grande erro político que, felizmente, não tem sido cometido, graças ao trabalho de profissionais como os da INTERCOM.

(Edmea Ladervig)

"Língua (debochada) de Trapo"

Paulo José Moraes

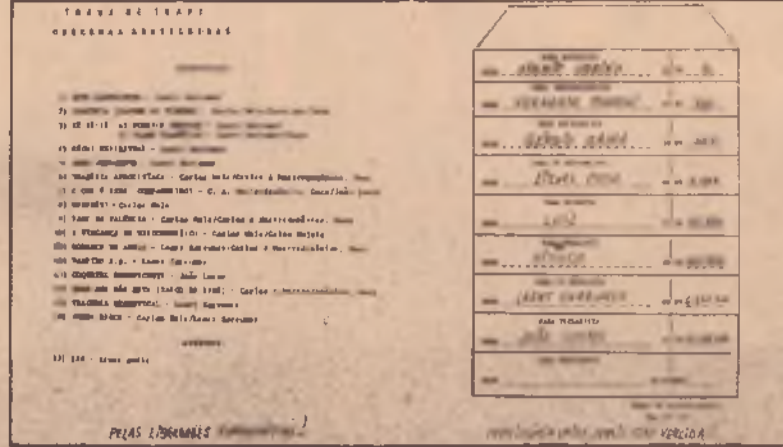
"Me chamo vampiro, vampiro empresário. Sou um monstro sujo, vil e perulário." Ou então: "Sempre bom cabra-da- peste, botei medo na Fiesp, firme na negociação. Eles ainda me dizem: Severino, bom menino, deixa de subversão. Tu acaba na cadeia, teu lugar é no formão. Mas, eu tenho confiança, que esse Brasil-criança um dia ainda vai ver, cada um se eleger, o Operário-Patrão."

Essas são letras das músicas de um conjunto novo, chamado "Língua de Trapo", que está fazendo um show de lançamento de seu primeiro disco (um LP independente), no Teatro Lira Paulistana, rua Teodoro Sampaio, 1091, até 24 de outubro, de quarta a domingo, sempre às 20h30, com o nome de "Obscenias Brasileiras". O preço é Cr\$ 400,00. O teatro tem estado sempre lotado.

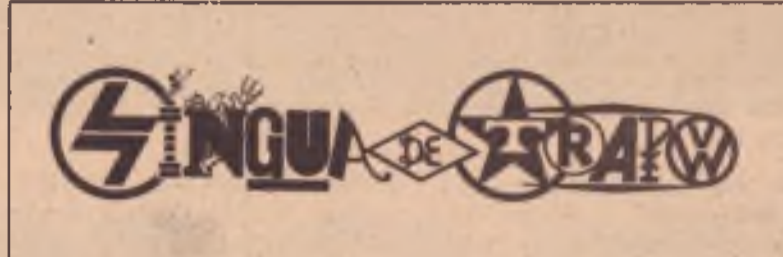
Crítica e humor

Numa linha musical que mistura a crítica bem humorada com alto padrão musical, "Língua de Trapo" toca desde toada caipira até os mais cafonas boleros, passando por iê-iê-iê-de-breque, tango, discoteque, rock pesado, etc.

Os componentes do conjunto são, na maioria, jornalistas desempregados, e seus nomes são: Ademir Urbina e Fernando Marconi (bateria e percussão), Luiz (contrabaixo), Lizoel Costa e Sérgio Gama (violões, violas e guitarras), João Lucas (teclados) e



Com o título de "Carta Programa", é esse o programa do espetáculo "Língua de Trapo", incluindo uma gozação do modelo de cédula eleitoral oficial.



Outra gozação: cada letra ou conjunto de letras do logotipo do conjunto musical é extraído de logotipo de uma empresa multinacional

Petuco e Laert Sarrumor (vocaís). Começaram em 1980, participando do 1º Festival de MPB de Bauri. Nesse mesmo ano, fizeram um show na estação São Bento do Metrô, entre outras coisas. Em 81, passaram o ano em shows por São Paulo, Minas Gerais e interior. E, em 1982, participaram do comício de 21 de abril do lançamento da campanha do PT paulista, assim como da convenção do PT, no show no pátio de estacionamento da Assembléia Legisla-

tiva de São Paulo. Fizeram outros espetáculos, gravaram seu primeiro disco, fizeram uma mostra de seu trabalho no Sindicato dos Bancários.

Politização

O que tem de importante na sua música? É exatamente sua crítica, politizada, que pode aparecer durante o show quando um dos componentes lê o trecho do discurso do Figueiredo na ONU, quando ele fala em direito dos pales-

tininos terem sua terra, e comparam, em seguida, com a notícia do jornal do mesmo dia que dá conta do uso de força policial para desalojar os moradores clandestinos de terrenos da periferia de São Paulo.

Ou pode estar no aviso dado durante o espetáculo (como de utilidade pública) de que foi roubado um Passat, com um megafone no capô, com um motorista com cara suspeita, e quem achar favor devolver a 120 milhões de brasileiros.

Gozam, com enorme precisão, a música importada que é consumida na forma de discoteques ("Xingu disco", onde falam da emancipação do índio, que agora trocou o tupi pelo I love you) e boleros cafonas ("Romance em Angra", contando o amor que foi arrasado pelo reator nuclear).

Não perdoam Gabeira e fazem uma toada caipira chamada "O que é isso, companheiro", sobre os escritores que contam memórias de seus passados guerrilheiros.

Brincam com os preconceitos ("quem ama não mata", "Concheta" e "Tragédia Afrodisíaca") e com a alienação de Roberto Carlos ("Burrice Precoce", um iê-iê-iê-de-breque, que faz discurso intelectualizado na hora do breque).

A lotação repleta do teatro Lira Paulistana é uma prova do sucesso do show. Vale a pena ir vê-los, e como eles mesmo dizem, caso alguém não goste, deve indicar o show para o seu pior inimigo. Caso goste, para o amigo.

As virtudes do número 3 e do PT



Muita coisa já deve ter sido escrita sobre as virtudes e as propriedades mágicas ou simbólicas do nº 3. Complicadas teorias numerológicas, divagações poéticas ou filosóficas, referências buscadas na mitologia clássica ou nas religiões orientais.

Não é esse o aspecto que me interessa aqui. Quero-me referir apenas a uma coisa muito simples e que é da experiência de todos nós. O nº 3 nas histórias de fadas, nos contos dos Irmãos Grimm, nas Histórias de Tia Nastácia.

Todos se lembram: eram sempre 3. Três príncipes que saíam em busca de aventuras, ou para salvar o reino ou para libertar a princesa ou para matar o dragão. Os 2 primei-

ros eram os favoritos do rei e partiam com os melhores cavalos, com a maior soma de recursos, prestigiados e cercados de todas as expectativas.

Inevitavelmente fracassavam. Por inépcia, por excesso de ambição ou por fraqueza de caráter, acabavam esquecendo as instruções, adotavam soluções individuais, esqueciam a missão de que estavam inves-

tidos e acabavam sempre derrotados, quando não eram presos ou transformados em sapos ou abóboras.

Era sempre o terceiro o vencedor. Ele, que era o mais moço e o mais pobre e o menos badalado. Desprezado pela corte como ingênuo e inexperiente. Saía sempre com menos recursos, animado apenas

da sua coragem, da sua modéstia, das suas convicções, da inabalável firmeza de propósitos. E era ele que conseguia, com todas essas virtudes e contra as expectativas da corte e do rei, salvar o reino, matar o dragão, casar com a princesa.

Que tal a analogia? O PT foi premiado no sorteio ao tirar o nº 3. A sabedoria popular, acumulada no imenso acervo dos contos de fadas que constitui nossa herança cultural, já deu a fórmula:

Os 2 primeiros não resolvem.

O nº 3 é o vencedor.

E o 4 e o 5? Bom, esses são desnecessários. Não cabem na história. (A.S.)

POESIA

PT, PT, PT, PT,

O poeta Ivan Fiorini sugeriu a seguinte letra, para ser cantada com a musiquinha que acompanha, em São Paulo e outros Estados, a propaganda eleitoral pela Rádio e pela TV!

Tanta mordomia, e é todo dia... no jornal, na rádio e na TV. Tanta linha dura, mas que abertura...

O custo de vida ninguém vê.

Pra acabar com isso...

Assume o compromisso.

E a gente sabe, é só querer.

Vamos todos juntos Mudar nosso destino. Nos unindo todos no PT (BIS)

PT, PT, PT, PT, (Refrão)

Este é o partido...

Todo mundo unido.

Pra acabar com a fome e o medo.

Ninguém mais segura, Eleito o LULA, Ditadura vai pedir arrego...

E na Prefeitura, da nossa cidade, ninguém vai querer botar defeito... Vamos todos juntos, o povo governando... pra Prefeito (BIS)



Charge de Luiz Gê, do livro "Macambúzos e Sorumbáticos"



TIRANDO O SARRO

Está demorando muito para os tecnocratas de Brasília lançarem o imposto-TV, talvez um dos únicos meios ainda não usados totalmente para tirar mais dinheiro do povo.

A idéia é simples: cada proprietário de TV pagaria um imposto bimestral de 1 mil cruzeiros, que, multiplicados por 6 bimestres, dariam 6 mil cruzeiros por ano. Como no Brasil há, aproximadamente, 16 milhões de aparelhos de TV, o Governo arrecadaria a micharia de Cr\$ 16 trilhões por bimestre ou Cr\$96 trilhões por ano.

Como a sede dos caloteiros do Planalto é insaciável — porque quem paga a dívida do País somos nós, os assalariados —, o imposto — TV seria implacável: quem atrasasse o pagamento ficaria sem o aparelho, arrancado de casa pela polícia (de preferência, a Rota).

Quanto à maneira de saber quem tem ou não TV, isso não é problema para os tecnocratas.

Com o imposto — TV, os pobres foram perdendo seus aparelhos, confiscados pelo Governo. E, sem ter o que fazer dentro de casa nas horas de folga, os vizinhos foram conhecendo os vizinhos, os compadres começaram a visitar os compadres, as comadres passaram a frequentar as casas das comadres; os meninos e meninas encheram as ruas até a hora de ir dormir; enfim, o País ficou mais alegre, a troca de idéias trouxe benefícios para todos.

BRASÍLIA — Urgente — Foi revogado o imposto-TV. A medida foi tomada por sugestão do Conselho de (In) Segurança Nacional.

Foi assim que o imposto-TV morreu, acusado de subversão. Mas não adiantou nada o fim do imposto. É que o povo já estava acostumado a conversar com os vizinhos no portão, enquanto as crianças brincavam na rua. E ninguém mais sentiu falta da televisão. (J. Maria)

Trabalhadores sem terra fazem encontro nacional

Do encontro de Goiânia, saiu uma carta aos companheiros do campo

GOIÂNIA — Vinte e oito trabalhadores rurais sem terra de 16 Estados, juntamente com 22 agentes pastorais, estiveram reunidos de 23 a 26 de setembro, em Goiânia, capital do Estado de Goiás, para discutir o problema da falta de terra para trabalhar.

Experiências

Durante o encontro foram relatadas as diferentes experiências de luta já ocorridas pela defesa ou conquista da posse e uso da terra. Após o relato, essas experiências foram avaliadas, analisando-se as falhas, erros, acertos, limites, ganhos e pressões sofridas. No final, discutiu-se a validade de estabelecer uma articulação a nível nacional.

Os trabalhadores rurais sem terra se dividiram em três grupos ou categorias para avaliar as suas lutas: posseiros, bóias-frias e arrendatários, meeiros, parceiros. A decisão de se dividir os trabalhadores sem terra nestes três grupos se fez necessária a partir da realidade de cada categoria e das diferentes maneiras como são tratados pelas autoridades.

Inimigos

Os participantes detiveram-se na maior parte do tempo, no relato de suas lutas e na análise das causas que determinam a existência de mais de 12 milhões de brasileiros que vivem da terra, mas não podem ter a sua posse ou o seu uso. Nessa análise tentou-se, também, levantar os inimigos dos sem-terra e caracterizar a forma como se apresentam e como agem.

No que diz respeito à articulação, os participantes decidiram que devem ser fortalecidas as ligações regionais, isto é, a partir das categorias existentes nas grandes regiões, tais como os bóias-frias do Sudeste e Sul, os arrendatários do Sul, os posseiros do Centro-Oeste, os assalariados da zona da cana de Pernambuco, etc.

Depois de fortalecida essa articulação regional, estabelecer, então, uma articulação mais ampla e de nível nacional. Para manter essa articulação foi eleita uma coordenação, ainda provisória, dos sem-terra. Entre outras tarefas, essa coordena-



"Que todos entrem na luta pela conquista e defesa da terra e dos direitos que são negados para nós"

ção terá a função de preparar o 2º Encontro Nacional dos Sem-Terra, entre setembro de 1983 e janeiro de 1984.

Os trabalhadores presentes, no final do encontro, divulgaram seu pensamento e suas posições através de uma **Carta aos Companheiros Sem Terra do Brasil**.

A Carta

"Nós, trabalhadores sem terra, vindos de 16 Estados de diversas regiões do País, reunidos aqui em Goiânia, queremos endereçar este comunicado transmitindo o objetivo deste encontro, bem como da importância do mesmo.

"Queremos ainda fazer de perto um convite a todos, para que entrem na luta pela conquista e defesa da terra e dos direitos que são negados para nós.

"Este valioso encontro teve como objetivos: a) avaliar as lutas e a caminhada dos nossos movimentos; b) colocar em comum todos os pontos positivos e negativos; c) avaliar como estamos resistindo e que resultados está dando; e d) encontrar meios de continuar e reforçar nossas lutas.

"Toda luta é difícil, porque ela exige muito esforço e uma dedicação comprometida.

"Lamentamos e protestamos pela perda de muitos companheiros nossos que foram assassinados, vítimas da ganância dos grandes. Apesar disso, muitas vitórias já se teve por todo o País com os movimentos. Muitos irmãos nossos depois de muita luta venceram, conquistando o chão que lhes

pertence e seus direitos. Não esquecemos ainda que as lutas e o próprio movimento nos ajudam a tomar consciência da realidade e a descobrir quem são nossos verdadeiros amigos e nossos inimigos.

"Verificamos que em todas as regiões do País inteiro existem conflitos de terra, e o pior de tudo isso é a maneira como se resolvem esses problemas, lamentamos outra vez dizer que estes problemas são resolvidos com repressão policial, e a corda quebra sempre do lado mais fraco.

"Nós trabalhadores somos vítimas de um sistema que está voltado para o interesse das grandes empresas e latifundiários.

"Se nós não nos organizarmos em nossos sindicatos e associações de classe em nossa região, Estado e a nível de País, se não sentarmos juntos, analisar nossa luta, confrontar com esta realidade que hoje escraviza e manipula os fracos, se não fizermos isso nunca iremos sair fora desta vida de explorados e de verdadeira escravidão.

"Vivemos num mundo sem finalidade humana, mundo que é fabricado por todo um sistema injusto, implantado em nosso País. A terra nas mãos de poucos, os salários baixos, as leis que favorecem os grandes poderosos, o poder e a riqueza nas mãos desta mesma minoria revelam claramente este fato que na nossa maneira de pensar é uma verdadeira violência contra o homem e a natureza. O sistema prega a violência e total

desrespeito aos direitos fundamentais de cada pessoa. Este mundo, cuja finalidade não é o homem e que é mantido pelo sistema implantado, é o grande gerador de todo tipo de mal que infesta nossa sociedade como: a criminalidade, a fome, o roubo, o menor abandonado, a prostituição, a miséria e outros tipos de violência.

"Alertamos ainda a todos os companheiros da importância de uma participação consciente nas decisões políticas, porque os problemas citados são frutos das injustiças e da falta de participação. Convidamos para que pensem e não se deixem enganar pelas falsas promessas de pessoas que têm interesse pelo povo só na hora do voto.

"Queremos, através desta carta, solidarizar-nos com os canavieiros em greve no Pernambuco e com todos os companheiros de todo o País que estão lutando e sofrendo. Queremos dizer que continuem firmes e mais uma vez convidamos a todos os companheiros para que se unam e vamos lutar pelos nossos direitos.

"Ao encerrar, queremos em poucas palavras agradecer a todos que estão assumindo a causa do trabalhador. Um abraço a todos, Goiânia, 26 de setembro de 1982. Assinam: representantes dos Estados de Goiás, Pernambuco, Maranhão, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Paraíba, Piauí, Rondônia, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina, Ceará.

JORNAL DOS Trabalhadores

ANO I — Nº 14 — Quinzenal — 4 de outubro de 1982 — C\$ 50,00



Posseiros resistem em Viçosa, Ceará

Há 50 anos não arredam pé

O Grupo de Agricultores da Comunidade de São José, município de Viçosa, Ceará, vem mantendo uma firme posição de resistência contra as violências que estão sendo cometidas contra eles. Atualmente, são 17 famílias, com 113 pessoas, ocupando uma área de 2.000 hectares nesse município de São José.

Essas terras eram dos posseiros há muito tempo. Alguns venderam suas terras para o coronel José Coelho de Viçosa, que depois as tomou daqueles que não venderam, começando a expulsar vários moradores e obrigando os que ficaram a lhe pagar renda de 30% do que colhessem em seu plantio. Isso tudo teve início na época dos avós dos atuais moradores. Há mais de 50 anos, e continua até hoje.

Resistência

Há dois anos, os posseiros começaram a se reunir e pensar juntos sobre o que fazer com aquela situação. Decidiram que isso tinha que mudar. Foram dialogar com o patrão atual, Francisco Coelho de Albuquerque, exigindo melhores condições de renda, ficar dentro da Lei 4.504.

Aí, o patrão revoltou-se e começaram as violências. Foram ameaçados de prisão, proibidos de trabalhar na terra e ameaçados de ter destruídas suas plantações. Os posseiros não se intimidaram e continuaram a trabalhar. O patrão, junto com 4 irmãos, moveu uma

ação de interdito proibitório contra 14 famílias, com a audiência sendo marcada para o dia 28 de maio passado.

O advogado dos patrões era o dr. Oscar Adalva, vindo de Fortaleza, que pediu durante o processo que o juiz proibisse os posseiros de trabalhar, rezar, receber visitas de outras comunidades, reunir-se, fazer política, etc. Os indiciados no processo eram: as 14 famílias, o coordenador da Diocese de Tiranguá, e o dr. João Alfredo, suplente do PT no Ceará e advogado dos posseiros.

Vitória

O juiz dr. Paulo Camilo Timbó julgou o processo a favor dos posseiros. Foi a primeira grande vitória, com que o patrão não concordou e, inconformado, passou a alegar que não está recebendo a renda de 10% estabelecida, e que por isso, não permitiria o plantio nas terras dele.

Os posseiros passaram a depositar a renda em cartório e começaram a mexer na terra, fazer as roças. O Incra, ao tomar conhecimento do problema, prometeu uma posição a respeito, talvez a desapropriação das terras para os posseiros, mas ainda não se manifestou. Enquanto isso, dando um exemplo de organização e resistência, a Comunidade de São José e o Grupo dos Agricultores de Viçosa do Ceará continuam a luta.

Polícia ameaça no Rio Doce

Violência em MG

Durante Encontro Intersindical da região Vale do Rio Doce, foi denunciada uma série de pressões realizadas pela polícia militar e por proprietários rurais contra trabalhadores do campo. Esses Encontros Intersindicais são realizados pela Fetaemg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais).

A Polícia Militar da cidade de Peçanha, por intermédio de seu delegado faz ameaças constantes contra trabalhadores rurais. Há alguns meses um trabalhador foi despejado depois de mais de 30 anos de serviços na terra. A alimentação que ele tinha foi toda jogada na rua e a família ficou sem casa e sem mantimentos. Além disso o trabalhador foi evidentemente mal tratado.

José Lúcio Pereira, trabalhador atuante no meio rural passou a ser perseguido pelo seu patrão, quando desobedeceu a ordem patronal que proibia um ato tradicional para todas as famílias interioranas, "a celebração da missa", e de uma festividade chamada "Marujada". José não realizou a festividade na terra do patrão, realizou numa Escola Municipal, o que não impediu o seu patrão de ameaçá-lo, pressioná-lo e depois despejá-lo.

José foi demitido apesar de ser um ótimo trabalhador. Quando procurou o sindicato mostrando seus problemas, a providência tomada foi pequena.

Enganaram colonos de Ronda Alta

O Incra não cumpriu a palavra

Algumas das famílias que lutaram por um pedaço de terra no Acampamento Natalino, em Ronda Alta (Rio Grande do Sul), foram transferidas para Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso. Ali, os colonos teriam, segundo as promessas do Incra, a chance de reiniciar sua vida com dignidade.

Contudo, a Comissão Pastoral da Terra de Mato Grosso está divulgando o que conseguiu apurar sobre a situação dessas 170 famílias de agricultores gaúchos, após meses de visitas ao Projeto Lucas do Rio Verde. Diz a Pastoral da Terra: "De todos os projetos de colonização do Estado, seja oficial, seja particular, podemos afirmar com segurança que a situação do Lucas do Rio Verde é uma das mais difíceis e calamitosas existentes".

Miséria

O relato da Pastoral é dramático: as famílias vivem em barracos de madeira ou lona, as estradas são intransitáveis, não há condições de transporte. O cerrado é de péssima qualidade, não há auxílio técnico do Incra para melhorar a terra, a produção é quase nenhuma. Depois de 8 meses de trabalho duro, nada foi colhido. As famílias tentam viver

com um vale mensal do Incra de Cr\$ 8.000,00 por família. Agora, o vale passou para Cr\$ 13.000,00. Todas as compras têm de ser feitas num armazém da Cobal que fica a distâncias de até 70 quilômetros dos barracos dos colonos.

Situação

Os colonos não sabem nem mesmo como está a legalização de sua situação precária. Não sabem se as terras lhes pertencem ou se vão ter que pagar por ela ou quanto. Não há escola para as crianças. Não há médicos nem postos de saúde, o que faz aumentar o número de mortes.

As pessoas sentem medo e insegurança. Agentes não identificados acompanham os homens do Incra e intimidam os colonos. Há quem pense em voltar para o Rio Grande do Sul e pelo menos quinze famílias já abandonaram o Projeto Lucas do Rio Verde.

A Comissão Pastoral da Terra denuncia a ilusão de que foram vítimas estes brasileiros, as péssimas condições de vida dos colonos de Lucas do Rio Verde e pede o apoio de toda a sociedade para sua luta em favor dos colonos. Seu endereço é: Caixa Postal 1046 78000 — Cuiabá — MT.

DNOCS perde causa

Ganham os colonos

Edmundo é um trabalhador rural de Pentecoste, no Ceará, e trabalha no Projeto Curu Recuperação, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), como irrigante. Ele acaba de provar na Justiça Federal que o DNOCS não presta contas, nem a ele nem a diversos outros colonos, dos empréstimos que faz nos bancos em seu nome, e nem da venda de sua produção.

Em 1980, alguns colonos reclamaram da administração do DNOCS uma prestação de contas. Afinal, era o produto do seu trabalho que era negociado pelo órgão e eles nem sabiam o que acontecia com ele.

O DNOCS reagiu ameaçando-os de expulsão. Mas Edmundo não se conformou, recorreu ao advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pentecoste, e entrou na Justiça com uma ação de prestação de contas contra o DNOCS.

A Justiça deu ganho de causa a Edmundo e intimou o DNOCS a prestar contas em 48 horas. Como isso não ocorreu, a Justiça considerou a prestação de contas feita por Edmundo como a definitiva e condenou o DNOCS a pagar as custas do processo.

Trata-se de uma importante vitória, que pode encorajar outros trabalhadores que vivem em situação parecida com a de Edmundo nos diversos projetos de irrigação espalhados pelo Nordeste a fazerem o mesmo que ele fez.

Doença estranha ataca trabalhadores

Contaminação no Vale do Ribeira

Uma doença desconhecida, que provoca súbitas e fortes dores de cabeça, dores musculares, febre alta, vômitos e desmaios, atacou três agricultores, Valdemar Ribeiro de Jesus, 24 anos, e seus irmãos Hamilton e Wilson, de 19 e 17 anos, respectivamente, quando abriam, na mata, um campo para plantio de feijão, no sítio Catazal, em Catas Altas, município do Vale do Ribeira, a 380 quilômetros de São Paulo, próximo do rio Ribeira, que separa o Estado de São Paulo do Paraná.

De repente

Os três irmãos, em março, estavam preparando um terreno para plantio durante uma semana. Dormiam num rancho rústico de paredes de bambu e chão de terra batida, onde aparecem buracos feitos por roedores silvestres de vários tamanhos.

Os agricultores contam que à noite eram acordados pelas brigas dos animais, disputando o feijão, a mandioca e o milho, que eles armazenavam sem nenhuma proteção. Durante o dia, quando se cansavam e

ficavam com sede, tomavam água de um pequeno riacho, que por causa da estiagem, estava com as águas estagnadas.

Na margem esquerda do riacho, existia um chiqueiro com três porcos mal alimentados e a trilha cheia de barro com marcas do gado que pastava pelo local. Também havia cutias, tatus, ratos do mato e cobras venenosas. Após seis dias de trabalho, os três agricultores começaram a sentir fortes dores de cabeça, dores nas costas, febre alta, e a vomitar. Um deles desmaiou.

Foram levados para um pequeno hospital, sem recursos, a 33 quilômetros dali. Com suspeita de encefalite, foram transferidos para o Hospital Emílio Ribas, em São Paulo, onde estão sendo feitos testes para descobrir qual a doença que atacou os três irmãos. Segundo um dos médicos que estão cuidando dessa pesquisa, Vale do Ribeira é a região mais pobre e mais bonita do Estado, e são necessárias mais visitas médicas de apoio aos pacientes locais, além de uma campanha para acabar com a pobreza na região.